

O ACESSO A ARQUIVOS PAROQUIAIS:
PROPOSTA DE MODELO DE INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO
DOCUMENTAL PARA OS ARQUIVOS DE SANTO ESTÊVÃO E
SÃO MIGUEL DE ALFAMA, LISBOA

Clara Joana Freitas Pinto de Sá

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências de Informação
e da Documentação - Arquivística**

MARÇO, 2011



Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e da Documentação
– Arquivística realizado sob:

Orientação Científica:

Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa

Co-Orientador:

Dr. João Vieira

Orientador Local:

Dr. Ricardo Aniceto

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores do curso de Ciências da Informação, Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa e Dr. João Vieira pela orientação, pelos sábios conselhos e disponibilidade que sempre mostraram no esclarecimento das minhas dúvidas e que tudo fizeram para que fosse apresentado este trabalho.

Ao Dr. Ricardo Aniceto, meu orientador local no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, pelos conselhos oferecidos e por ter estado disponível para me receber para este estágio, mesmo estando muito ocupado.

Aos meus pais que sempre me incentivaram e apoiaram ao longo de todo o meu percurso académico.

Ao Pedro pelo incentivo, pela força e pela paciência que demonstrou ao longo deste percurso.

RESUMO

O relatório de estágio apresentado descreve as actividades realizadas no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, no âmbito do Projecto de Organização e Difusão dos Arquivos das Paróquias de Santo Estêvão e São Miguel de Alfama em Lisboa.

O estágio integrou a última etapa do projecto, a difusão de ambos os acervos, tendo como objectivo final a concepção de um instrumento de descrição documental que permita o acesso a esta documentação.

A importância da concepção deste instrumento prende-se não apenas com a função do profissional da informação em divulgar a documentação à guarda, mas também com as inúmeras possibilidades de investigação histórica que a documentação das paróquias apresenta.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivística; Arquivos; Arquivos religiosos; Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa; Documentação paroquial; Descrição arquivística; Instrumentos de descrição documental

ABSTRACT

This report describes the activities performed at the Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (Historical Archive of Lisbon's Patriarchate), under the project for the organization and public exposure of the archives of two Lisbon parishes - Santo Estêvão and Santo Miguel.

The internship integrated the last stage of the project, the exposure of both archives, and had as ultimate purpose the creation of a finding aid that allows access to this documentation.

The importance of this tool concerns, not only the information manager's role of exposition of archives, but also the several possibilities of historical research that the parishes' documentation offers.

KEYWORDS: Archivist; Archives; Religious archives; Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa; Parishes' documentation; Archival description; Finding aids

Índice

Introdução.....	7
Capítulo I – Enquadramento do estágio.....	9
I.1 – Arquivos eclesiais: iniciativas científicas e culturais.....	9
I.2- Instituição de acolhimento	11
I.3 - Projecto de Organização e Difusão dos Arquivos das Paróquias de Santo Estêvão e São Miguel de Alfama.....	14
I.4 - Objectivos do Estágio.....	17
I.5 - Metodologia.....	17
I.6 - Plano de actividades	18
Capítulo II – Breve síntese sobre descrição arquivística.....	19
II.1- Princípios teóricos da descrição	19
II.2 - International Standard Archival Description- ISAD (G).....	22
II.3-Dificuldades de aplicação da ISAD (G)	23
II.4 - Novas tecnologias aplicadas à descrição	25
Capítulo III – Fases da construção do Instrumento de Descrição Documental.....	27
III.1 - Análise arquivística dos acervos	27
III.1.1 - Entidades Produtoras	28
III.1.2 – Documentação transferida.....	32
III.1.3 – Tratamento técnico efectuado.....	32
III.1.4- Crítica às opções tomadas no tratamento técnico documental	38
III.2 - Análise do Serviço de arquivo	42
III.2.1 - Instrumentos de Descrição Documental do AHPL.....	42
III.2.2 - Práticas de descrição arquivística do AHPL.....	43
III.2.3 - Serviço de consulta	46
III.3 - Estudo dos utilizadores	46
Capítulo IV - Proposta de Instrumento de Descrição Documental.....	50
IV.1 - Construção do Instrumento de Descrição Documental	50
IV.2 - Construção dos Índices	56
Conclusão	60
Bibliografia	62
Apêndice - Modelo de Instrumento de Descrição Documental.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS

AHPL – Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

CEHR – Centro de Estudos de História Religiosa

CEP – Conferência Episcopal Portuguesa

DGARQ – Direcção Geral de Arquivos

IDD- Instrumento de Descrição Documental

ISAD (G) – International Standard of Archival Description (General)

FRD – Folha de Recolha de Dados

ODA – Orientações para a Descrição Arquivística

Introdução

As actividades de descrição arquivística assumem um papel preponderante no tratamento de um arquivo, pois é através delas que se pode garantir a compreensão, na sua totalidade, do contexto de produção e, conseqüentemente, o significado da própria documentação. A face visível do trabalho de descrição documental consubstancia-se na produção de instrumentos de descrição documental (IDD) que possibilitam o acesso à documentação tratada.

Estes instrumentos revestem-se assim de uma importância fulcral no acesso à documentação guardada nas instituições. São o primeiro contacto que o investigador tem com a documentação, quando inicia as suas pesquisas. É por isso, importante que as instituições detentoras de arquivos invistam na sua elaboração e actualização.

No que respeita a instrumentos de descrição documental e à forma como a informação é apresentada, a realidade portuguesa carece de normalização. Na sua dissertação de doutoramento¹, Fernanda Ribeiro identifica diferentes tipologias destes instrumentos, bem como diferentes formas de apresentação da informação neles contida. No entanto, a generalização do uso das normas internacionais de descrição arquivística, e a sua adaptação à realidade nacional, tende a transformar este panorama, estabelecendo uma estrutura uniforme de apresentação dos documentos.

Ao estudante da ciência dos arquivos impõe-se, não só o conhecimento teórico da disciplina da arquivística, mas também o da realidade das instituições, na medida em que estas serão sempre o seu ponto primordial de actuação enquanto profissional.

Assim, no seguimento da importância da concepção de instrumentos de descrição documental, aliando a teoria académica com a realidade institucional, o presente relatório de estágio tem como objectivo final a apresentação de um modelo de IDD para a documentação das paróquias de Santo Estêvão e São Miguel de Alfama, em Lisboa.

O estágio, desenvolvido no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (AHPL), enquadra-se na última etapa do Projecto de Organização e Difusão dos Arquivos das Paróquias de Santo Estêvão e São Miguel de Alfama iniciado em Janeiro de 2009. Esta etapa previa a difusão e comunicação da documentação através da concepção de um instrumento de descrição documental.

¹ RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes – O acesso à informação nos arquivos: Porto: Faculdade de Letras do Porto. 1998. Tese de doutoramento.

O relatório agora apresentado é composto por quatro capítulos. O primeiro faz o enquadramento do estágio, dando a conhecer a instituição onde este se realizou, o projecto que integrou, os seus objectivos, metodologia seguida, bem como o plano de actividades desenvolvido. O segundo capítulo pretende fazer uma síntese da descrição arquivística enunciando os princípios teóricos que suportam esta actividade, o desenvolvimento da norma internacional de descrição arquivística ISAD (G) e o papel das novas tecnologias no processo de descrição em arquivos.

O terceiro capítulo, de teor mais prático, relata as actividades desenvolvidas no AHPL que levaram à construção da proposta final de IDD: a análise arquivística dos acervos, a análise do serviço de arquivo e o estudo dos utilizadores. As conclusões extraídas destas análises culminam no último capítulo onde é apresentada a proposta de IDD para os arquivos das paróquias de Santo Estêvão e São Miguel.

Capítulo I – Enquadramento do estágio

I.1 – Arquivos eclesiásticos: incitativas científicas e culturais

A Igreja Católica é detentora de um património cultural muito vasto e rico. O mesmo se aplica aos seus arquivos apesar das perdas, desmembramentos e incorporações sentidas ao longo do tempo. A sua documentação tem vindo a despertar interesse por parte de investigadores, clérigos e leigos, não apenas pela sua importância histórica, mas também por novas possibilidades de estudo dadas pela abertura dos Arquivos do Vaticano. De igual modo, a criação de uma escola de Paleografia e Diplomática, posteriormente alargada à arquivística, veio dotar a Igreja de ferramentas e conhecimentos básicos para o tratamento e organização dos seus arquivos, potenciando o seu estudo.

O desenvolvimento da ciência da arquivística aliado à criação de entidades regulamentadoras da política dos arquivos, a nível nacional e internacional, contribuiu não só para que houvesse um esforço de colaboração entre a Igreja e as instituições civis detentoras de arquivos eclesiásticos, mas também para a criação de iniciativas internas de organização de acervos detidos por esta instituição².

Embora o actual Código do Direito Canónico dedique um capítulo ao chanceler, notários e arquivos, é vago no que toca à gestão destes, referindo apenas a necessidade de constituição de um arquivo onde se guarde os documentos de valor histórico³. Assim, coube às associações o papel de criação de normas e regulamentos, bem como a realização de encontros e colóquios de discussão e apresentação desta tipologia de arquivos⁴. Igualmente, a constituição da secção dos arquivos das igrejas e comunidades confessionais do Conselho Internacional de Arquivos em 1995 ou os cursos ministrados pela Direcção dos Arquivos de França em 1992-1993 vieram dinamizar esta secção da arquivística.

Em 1997 a Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja divulgou uma carta pastoral *A função pastoral dos arquivos eclesiásticos*, onde é apontada a grande

² ROSA, Maria de Lurdes; PENTEADO, Pedro – “Arquivos Eclesiásticos” in AZEVEDO, Carlos A. M. (dir.), **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa, 2000, p.118.

³ Código do Direito Canónico, livro II, parte II, secção II, título III, capítulo II, Art.2, cânone 491§2, 25 Janeiro 1983.

⁴ ROSA, Maria de Lurdes; PENTEADO, Pedro ..., p.118.

importância do património arquivístico, bem como a necessidade de o salvaguardar e conservar⁵.

Em Portugal, Fortunato de Almeida menciona na sua obra *História da Igreja em Portugal* a ausência de um guia respeitante a arquivos eclesiásticos ou até mesmo um roteiro que indique a sua existência⁶, embora esteja documentado um esforço do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) da Universidade Católica Portuguesa de elaboração de um levantamento preliminar do património diocesano, feito em 1994, contendo questões acerca do estado dos arquivos⁷.

A década de 90 do século XX é marcada por inúmeras iniciativas de várias entidades, nomeadamente, da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), que assumiu um papel relevante no que toca à publicação de documentos orientadores. Em 1990, a CEP emitiu um documento intitulado *Património histórico-cultural da Igreja*, que alerta para a necessidade de formação de técnicos especializados na área, considerando os arquivos “como partes inalienáveis do património cultural da Igreja (...), apelando à sua divulgação”⁸. Mais tarde, em 1997 e 1998, foram realizados pelo CEHR cursos específicos na área da arquivística religiosa, o I e II Cursos de Arquivística Religiosa, e o Curso de Técnicos-adjuntos de Arquivo, variante de Arquivos Religiosos, organizado pela mesma entidade com a colaboração da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas⁹.

A par destas iniciativas é necessário ainda mencionar outras actividades desenvolvidas pelas dioceses, como a fundação do Instituto de História e Artes Cristãs em 1989 pela Arquidiocese de Braga e a criação do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa em 1993. Estas iniciativas constituíram um marco relevante no desenvolvimento dos arquivos diocesanos, cuja influência se estendeu à diocese da Guarda onde se verifica o

⁵ COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA, **A Função Pastoral dos Arquivos Eclesiásticos**, [Em linha] Roma, 2 Fevereiro 1997, [consultado em 20-04-2010] Disponível em WWW: <URL <http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/bensculturais/arquivos.pdf>>

⁶ ALMEIDA, Fortunato - **História da Igreja em Portugal 1967 - 1971**, Barcelos. Editora Portucalense, p.109.

⁷ ROSA, Maria de Lurdes; PENTEADO, Pedro – “Arquivos Eclesiásticos” in AZEVEDO, Carlos A. M. (dir.), **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa, 2000, p. 120,

⁸ GONÇALVES, Nuno da Silva – **Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão**, coord. ROSA, Maria de Lurdes e FONTES, Paulo F. O. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2000, p.263.

⁹ ROSA, Maria de Lurdes; PENTEADO, Pedro ..., p 120.

processo de instalação do arquivo histórico, que conta com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian¹⁰.

Mais recentemente destaca-se a actividade do Grupo de Trabalho de Arquivística Religiosa criado no âmbito do CEHR. A sua actividade destaca-se pela participação e organização de colóquios e cursos de formação¹¹ e pelo apoio dado a projectos de organização de acervos documentais, como o *Projecto de gestão integrada de informação arquivística do Santuário de Fátima* e a intervenção no Arquivo da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima¹².

I.2- Instituição de acolhimento

A Cúria Diocesana do Patriarcado de Lisboa, na qual se enquadra o Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, localiza-se no Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa.

O AHPL foi criado a 23 de Setembro de 1993, por decreto do Patriarca D. António Ribeiro, sendo nomeado seu responsável o diácono Tomás de Lima. Na base da sua constituição esteve a necessidade de criação de um espaço próprio para depósito, conservação e consulta da documentação não só da diocese de Lisboa, mas também de outras instituições eclesiais, que não tendo os recursos necessários para salvaguardar a documentação a seu cargo, possam aí encontrar um espaço que forneça essas condições¹³.

A missão do AHPL centra-se na recolha, organização, tratamento, conservação e inventariação da documentação à sua guarda, com o objectivo de a disponibilizar ao público e, ainda, “cuidar das acções relacionadas com as obras, equipamentos e serviços do Arquivo”¹⁴.

¹⁰ Fundação Calouste Gulbenkian, Relatório balanço e Contas 2009 [Em linha], [consultado em 25-03-2011]. Disponível em WWW: <URL http://www.gulbenkian.pt/media/files/FTP_files/pdfs/RelatorioAnual2009/RelatorioAnual2009_SEDUC.pdf>

¹¹ Website do CEHR [Em linha], [consultado em 25-03-2011]. Disponível em WWW: <URL <http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=4808&lang=1&artigoID=8264>>

¹² DIRECÇÃO DO CEHR, “Relatório de actividades do CEHR-2004” in **Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa**. Universidade Católica Portuguesa, 2ª série, tomo XVII, Lisboa: 2005, p.514.

¹³ **Decreto da instituição do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa**, ponto 3, de 23 de Setembro de 1993.

¹⁴ **Decreto da instituição do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa**, ponto 4, alínea c, de 23 de Setembro de 1993.

Sendo um arquivo religioso, o acervo que possui é bastante específico. É composto por fundos de mosteiros, de Irmandades, bulas, livros de visitas, róis de confessados, processos e sumários matrimoniais e, toda a documentação produzida pela Cúria Diocesana, Mitra Patriarcal e Câmara Eclesiástica. Tem ainda a seu cargo vários arquivos paroquiais, como os de Santo Estêvão e São Miguel de Alfama, Santa Maria dos Olivais, São Vicente, São José, Encarnação, Nossa Senhora das Mercês, Santa Catarina, Óbidos e, mais recentemente, Santas Justa e Rufina.

No ano 2000, no âmbito do curso de Arquivística Religiosa promovido pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, desenvolveu-se no AHPL um estágio, orientado pela Dra. Maria de Lurdes Rosa. Desta iniciativa resultou a inventariação e recensão de cerca de mil manuscritos. A lista produzida é um instrumento ainda usado pelos utilizadores do arquivo como um dos seus principais pontos de pesquisa.

Durante este período o arquivo histórico encontrava-se na dependência directa do chanceler, que em 2005 delegou essa função no bispo auxiliar responsável pelo departamento da Comunicação e Cultura, D. Carlos Azevedo. É também nesta altura que o Dr. Ricardo Aniceto, técnico superior de arquivo, inicia alguns trabalhos a nível de limpeza e criação de novos espaços como a biblioteca e sala de leitura e a sala de periódicos.

Actualmente, o AHPL é parte integrante do Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, criado a 22 de Janeiro de 2009¹⁵.

¹⁵ PATRIARCADO DE LISBOA, Regulamento do Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa [Em linha]. [consultado em: 15-08-2010] Disponível em WWW: <URL http://www.patriarcadolisboa.pt/historia/centro_cultural.htm#regulamento>

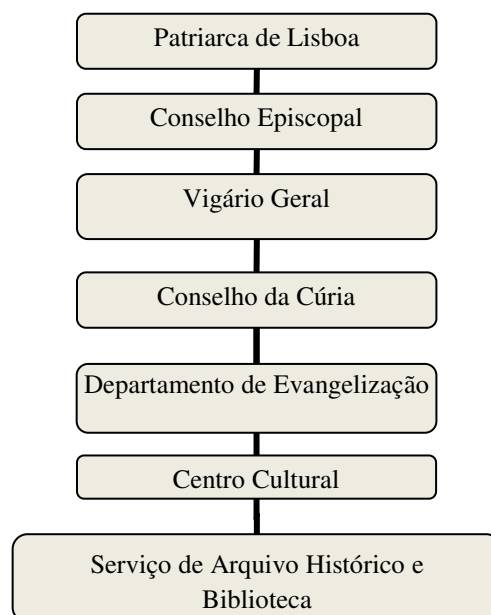


Gráfico 1-Parte do organograma do Patriarcado de Lisboa. Serviços hierarquicamente superiores ao Serviço de Arquivo Histórico e Biblioteca.

O Centro Cultural tem como objectivos a dinamização da acção cultural e da dimensão pastoral dos Bens Culturais, a valorização e promoção, na Diocese de Lisboa, de iniciativas de interesse cultural. Conta com um regulamento e orçamento próprios e, além do Serviço de Arquivo e Biblioteca, dispõe também de um Serviço de Museus e Exposições, Serviço de Património: investigação e promoção cultural, Serviço de Inventário e Apoio Técnico e, por fim, um Serviço de Eventos Culturais.

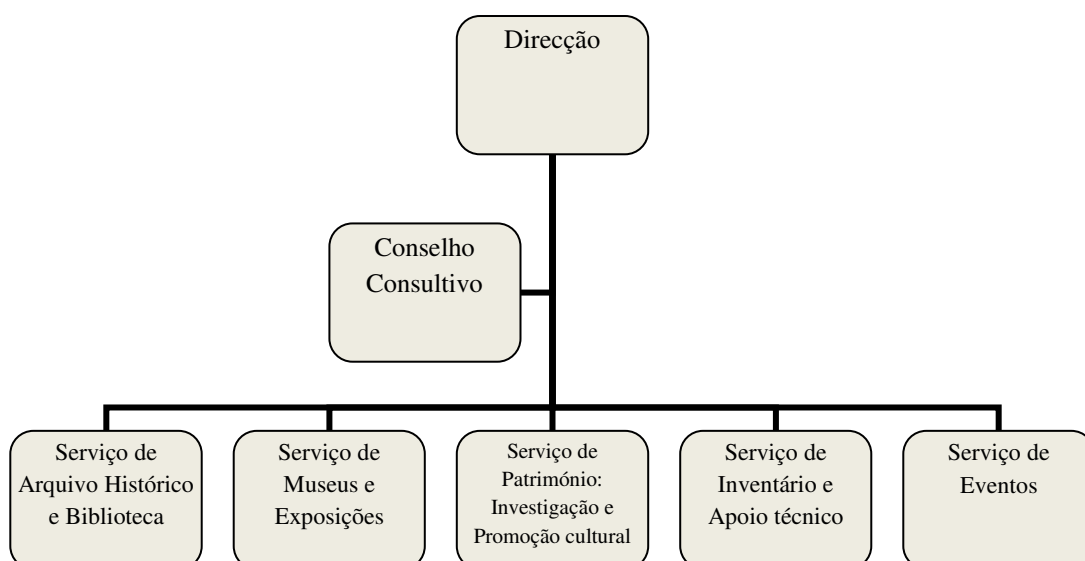


Gráfico 2 - Organograma do Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa

São seis as competências atribuídas ao Serviço de Arquivo Histórico e Biblioteca do Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa. Estas centram-se no tratamento da documentação de interesse histórico da diocese, disponibilização do espólio documental à sua guarda, coordenação e definição técnica de acções relacionadas com equipamentos e serviços do arquivo, recolha e incorporação de arquivos em risco, recepção de arquivos privados, organização dos arquivos das paróquias e outras instituições eclesíásticas e organização o espólio bibliográfico existente na Cúria Diocesana¹⁶.

No regulamento do Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa é contemplado um orçamento, do qual uma parte cabe ao Serviço de Arquivo Histórico e Biblioteca. No entanto, o principal apoio para os trabalhos em desenvolvimento encontra-se ainda em parcerias feitas com privados.

O Serviço Arquivo Histórico e Biblioteca não conta ainda com um regulamento aprovado, encontrando-se este em fase de avaliação.

Por fim, é importante ressaltar o papel do Arquivo Histórico do Patriarcado como depositário e conservador, não apenas da documentação diocesana, mas também de documentos provenientes de outros arquivos, que não tendo meios que permitam o adequado tratamento e conservação da sua produção documental, podem aí encontrar um espaço que os oferece.

I.3 - Projecto de Organização e Difusão dos Arquivos das Paróquias de Santo Estêvão e São Miguel de Alfama

O Projecto de Organização e Difusão dos Arquivos das Paróquias de Santo Estêvão e São Miguel de Alfama, Lisboa, foi iniciado no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa em Janeiro de 2009.

Apesar deste se constituir como um arquivo diocesano, encontra-se patente nas suas competências, espelhadas no regulamento do Centro Cultural em que se insere, o dever de tratamento, conservação e divulgação de documentação à sua guarda, que poderá não provir apenas da administração diocesana, mas também de outras instituições que aí depositem os seus arquivos, nomeadamente de paróquias. Também a Carta Pastoral divulgada pela Comissão Pontifica para os Bens Culturais da Igreja, *A função pastoral*

¹⁶ PATRIARCADO DE LISBOA, Regulamento do Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa [Em linha]. [consultado em: 15-08-2010] Disponível em WWW: <URL http://www.patriarcadolisboa.pt/historia/centro_cultural.htm#regulamento>

dos arquivos eclesiais, expõe esta situação no capítulo 2.1., onde refere que um arquivo histórico diocesano poderá acolher arquivos menores promovendo a sua salvaguarda¹⁷. É, então, neste contexto que o AHPL recebe à sua guarda diversos arquivos, não apenas paroquiais, mas também outros cujos produtores não reúnam condições para o tratamento e preservação sua da documentação.

A documentação das paróquias de Santo Estêvão e São Miguel de Alfama transferida para o AHPL proveio de quatro localizações diferentes: Igreja paroquial de Santo Estêvão, Igreja paroquial de São Miguel, Capela de Nossa Senhora dos Remédios e Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova. Ambos os arquivos se encontravam dispersos por estes quatro locais e sem qualquer organização.

Depois de celebrados os contratos entre o pároco de ambas as paróquias e o actual director do AHPL, o Dr. Ricardo Aniceto, a documentação foi transferida para as instalações deste arquivo. Ambos os acervos paroquiais aí foram colocados a título de depósito, o que significa que, apesar de ao AHPL caber a tarefa de conservar e difundir a documentação paroquial, a paróquia continua a sua proprietária.

Embora promova uma política de preservação e difusão da documentação a seu cargo, o AHPL debate-se com um forte problema de falta de recursos, pelo que o financiamento do projecto de tratamento dos arquivos paroquiais de Santo Estêvão e São Miguel ficou a cargo de uma outra entidade, com fins de promoção de projectos culturais. Assim, em Maio de 2009, o AHPL apresentou a candidatura a um financiamento por parte da Fundação Calouste Gulbenkian que foi aprovado em Agosto do mesmo ano.

Aquando da apresentação da candidatura, a documentação estava já previamente identificada, através de guias de remessa preenchidas no momento da entrega dos documentos, bem como se encontravam já concluídos os autos de depósito e os respectivos contratos entre o pároco e o representante do AHPL. Achava-se também já aprovada a transferência da documentação para as instalações da Biblioteca João Paulo II, na Universidade Católica Portuguesa, para expurgo.

Após a aprovação do financiamento foi contratada uma equipa de especialistas em conservação e restauro para a realização de uma breve intervenção de restauro da

¹⁷ COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA, **A Função Pastoral dos Arquivos Eclesiais**, [Em linha] Roma, 2 Fevereiro 1997, cap.2.1. [consultado em 20-04-2010] Disponível em WWW: <URL <http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/bensculturais/arquivos.pdf>>

documentação. Foi adquirido material para a realização do projecto, a saber: um computador, papel *acid-free* para acondicionamento da documentação e materiais de higienização. Houve também necessidade de contratação de um técnico a termo certo.

O Projecto de Organização e Difusão dos Arquivos das Paróquias de Santo Estêvão e São Miguel de Alfama organizou-se em quatro fases¹⁸.

A primeira fase compreendeu, além da desinfestação da documentação, a higienização e restauro. Foram propostos vários tratamentos, tendo em conta os danos apresentados pela documentação.

A segunda fase foi constituída pela organização da documentação. As tarefas a desempenhar nesta fase compreenderam o recenseamento prévio da documentação, a elaboração de um quadro de classificação que espelhasse a organização original da documentação e a organização dos documentos pelos respectivos fundos, uma vez que estes se encontravam dispersos por variadas unidades de instalação. Nesta fase foram ainda identificadas séries documentais e/ou colecções e foi feita a ordenação de documentos simples.

A terceira fase comportou a descrição da documentação. Para a descrição foi prevista a implementação da parametrização *Arqbase*, ajustamentos da base de dados e definição dos campos da descrição a partir da análise das necessidades de identificação, recuperação e acesso. Pressupunha ainda a descrição multi-nível da documentação, segundo as normas internacionais *ISAD (G)*, *ISAAR (CPF)* e normas nacionais *ODA*.

Esta fase encontrava-se ainda em desenvolvimento aquando do início do estágio.

A quarta fase era composta pela difusão. Esta última fase previa a caracterização histórica, administrativa e funcional dos fundos existentes, a elaboração de um Inventário/Catálogo dos Fundos Documentais, com respectivo índice, dicionários de termos e tipologias documentais e a publicação do Instrumento de Descrição Documental na Revista de História Religiosa *Lusitânia Sacra*.

É nesta última fase que se enquadra o estágio realizado na instituição.

¹⁸ ARQUIVO HISTÓRICO DO PATRIARCADO DE LISBOA – Projecto de organização e difusão dos Arquivos das Paróquias de Santo Estêvão e São Miguel de Alfama, Lisboa – Candidatura apresentada à Fundação Calouste Gulbenkian. Acessível no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa.

I.4 - Objectivos do Estágio

A importância da documentação eclesiástica, nomeadamente no que toca à documentação paroquial, reside no facto de esta se constituir como um importante recurso não só na realização de estudos da vivência religiosa local, mas também outros, nomeadamente, estudos demográficos e geográficos, neste caso, da cidade de Lisboa.

Na sequência do interesse reconhecido a este tipo de documentação, o Conselho Internacional de Arquivos organizou, em Novembro de 2009, um encontro dedicado a arquivos religiosos, cujos objectivos se centraram na partilha de novos desenvolvimentos ao nível deste tipo de arquivos e na afirmação do valor das colecções religiosas dentro do vasto universo arquivístico.

Aliado ao reconhecimento da importância da documentação paroquial, encontra-se a importância da sua divulgação, como referido no *Código de Ética para os Profissionais da Informação*, que enuncia como responsabilidade destes profissionais “Disponibilizar o acesso à informação existente no seu serviço”¹⁹.

Assim, o estágio realizado teve como objectivo principal a concepção de um modelo de Instrumento de Descrição Documental para os arquivos paroquiais de Santo Estêvão e São Miguel, que aliasse estas duas vertentes, o reconhecimento da importância da documentação paroquial e a necessidade da sua divulgação.

Acresceram ainda a estes objectivos, a aquisição de conhecimentos no âmbito da construção de um elemento de difusão no que toca à arquivística religiosa e a possibilidade de contribuição para o conhecimento da documentação das paróquias de Lisboa de Santo Estêvão e São Miguel.

I.5 - Metodologia

A metodologia aplicada na construção do IDD centra-se numa análise com quatro etapas principais.

A primeira tem como objectivo a análise dos acervos em tratamento, isto é, as entidades produtoras em presença, os tipos documentais, bem como o tipo de tratamento de que foram alvo.

¹⁹ CÓDIGO DE ÉTICA PARA OS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO. [Em linha] [consultado em 19-04-2010] Disponível em WWW: <URL http://www.apbad.pt/downloads/codigo_etica.pdf>

A segunda comporta a análise do serviço de arquivo que irá disponibilizar o instrumento de descrição documental, os serviços de que dispõe ou o modo como os utilizadores podem aceder à documentação à sua guarda.

Por fim, a terceira etapa visa um estudo acerca dos potenciais utilizadores a quem servirá o modelo de IDD que propomos construir.

Estes três pontos culminarão numa quarta etapa que se corporizará na construção da proposta de IDD e do respectivo formato de publicação.

Ao longo de cada etapa foram também realizadas leituras de exploração da produção teórica acerca de cada análise proposta.

I.6 - Plano de actividades

O estágio teve a duração de 120 horas, as quais foram distribuídas por vinte dias (6 horas/dia), cinco semanas. Foi iniciado no dia 6 de Abril e finalizado a 6 de Maio, como demonstrado no cronograma abaixo.

Semana	Actividades²⁰
1ª Semana 06 a 09 de Abril	Análise arquivística dos acervos
2ª Semana 12 a 15 de Abril	Análise arquivística dos acervos
3ª Semana 19 a 22 de Abril	Análise do serviço de arquivo
4ª Semana 26 a 29 de Abril	Estudo dos potenciais utilizadores da documentação
5ª Semana 03 a 06 de Maio	Proposta de IDD

²⁰ Em complemento de todas as actividades foram realizadas leituras exploratórias.

Capítulo II – Breve síntese sobre descrição arquivística

Tendo a descrição arquivística um papel central no trabalho desenvolvido durante o presente estágio é importante, antes de iniciar a análise das actividades desenvolvidas na instituição, apresentar os princípios teóricos nos quais se baseia esta actividade iminentemente prática, nomeadamente no que toca à descrição em arquivos históricos e à constituição de instrumentos de descrição arquivística.

II.1- Princípios teóricos da descrição

O Conselho Internacional de Arquivos, através da ISAD (G), define descrição arquivística como “A elaboração de uma representação exacta de uma unidade de descrição e das partes que a compõem, caso existam, através da recolha, análise, organização e registo de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar a documentação de arquivo, assim como o contexto e o sistema de arquivo que a produziu.”²¹ Desta definição é possível compreender que a descrição não é de todo uma actividade estática, servindo várias etapas da gestão documental, sobretudo no que toca ao controlo documental.

A descrição arquivística serve, assim, três objectivos principais, apoio à gestão documental, a conservação dos documentos e o acesso a estes. Apoio à gestão documental, no que toca a operações de avaliação, aquisição, processamento técnico, conservação e comunicação, conservação a nível da forma, conteúdo e atributos dos documentos, bem como a preservação dos seus direitos jurídico - patrimoniais e, acesso por parte dos utilizadores.

A edição de 2008 do documento *Rules for Archival Description*²², elaborado pelo Comité Canadano para a Descrição Arquivística, enuncia os princípios teóricos nos quais a descrição arquivística se baseia, referindo que estes devem sempre guiar o desenvolvimento da prática da descrição em arquivo. São eles:

→ **O respeito pelo fundo constitui a base da organização e descrição em arquivo.**

Este princípio refere que a documentação produzida por um indivíduo ou por uma

²¹ ISAD (G). 2002, Descrição arquivística - Norma geral internacional de descrição arquivística, 2ª edição. Lisboa: Torre do Tombo.

²² PLANNIG COMMITTEE ON DESCRIPTIVE STANDARDS – *Rules for Archival Description*, edição revista. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists, 2008.

instituição deve ser mantida segundo a sua ordem original, não devendo ser misturada com documentação proveniente de outro indivíduo ou instituição.

Este princípio é composto por duas partes: o respeito pela proveniência e o respeito pela ordem original. O primeiro estabelece que a autonomia de cada fundo deve ser respeitada, não misturando os seus documentos com outros provenientes de fundos diferentes²³. O segundo refere que os documentos de uma mesma proveniência devem conservar a organização estabelecida pela sua entidade produtora, com vista à preservação das relações entre os documentos como testemunho do seu funcionamento²⁴.

→ **A descrição arquivística deve ser aplicada a todo o tipo de materiais, independentemente da sua forma ou suporte.** Segundo o princípio da proveniência nenhum documento de arquivo deve ser excluído da descrição devido à sua forma ou suporte. Todavia, os diferentes suportes devem ter diferentes regras de descrição, que assegurem a exposição das suas características. As regras de descrição devem garantir que todos os documentos (e as relações entre si) sejam descritos dentro do corpo de registos do seu produtor.

→ **A descrição arquivística deve ser elaborada segundo os objectivos da instituição,** ou seja, deve ser identificada a sua finalidade, de modo a garantir a acessibilidade aos documentos descritos. As decisões tomadas concernentes à escolha dos pontos de acesso devem reflectir as necessidades dos utilizadores, mas também as da instituição.

→ **A descrição dos documentos deve estar integrada e resultar de um conjunto comum de regras,** de modo a criar conjuntos de descrições uniformes dentro da instituição.

Por tradição, os documentos são criados e usados por uma pessoa ou instituição no decurso das suas funções. A compreensão das relações existentes entre o todo e as partes da documentação constitui um factor importante na definição de unidades documentais como a série ou o processo. No entanto, uma instituição poderá ter que descrever colecções fictícias, cujo único elemento de ligação seja o suporte ou o tema, onde os documentos se encontrem totalmente descontextualizados.

²³ ALVES, Ivone (et al.) – **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993, p. 77.

²⁴ ALVES, Ivone (et al.) –..., p. 77

Assim, as regras definidas devem poder ser aplicadas a todos os conjuntos de documentos constituindo estes fundos, séries ou até mesmo colecções.

→ **As entidades produtoras devem ser descritas.** A descrição das funções e actividades das entidades produtoras de documentação é importante para a compreensão do contexto em que foram criados os documentos. Pontos de acesso normalizados devem indicar o produtor primário e as suas relações com outros produtores. A descrição das entidades produtoras deve estar reflectida ou ligada à descrição documental.

→ **A descrição deve ser aplicada, de igual forma, a todas as entidades produtoras, sejam elas pessoas singulares, famílias ou instituições.** A documentação que é produzida no decurso das funções e actividades de uma organização pode ser distinta, a nível da sua extensão, organização ou assunto, daquela resultante das actividades de um indivíduo ou de uma família. No entanto, os princípios da organização e descrição devem aplicar-se igualmente a todos os documentos, independentemente do seu produtor.

→ **A descrição deve reflectir a classificação da documentação,** ou seja, os níveis de descrição são determinados pelos níveis de classificação conferida aos documentos. A descrição envolve a criação de representações precisas dos documentos de arquivo, que espelhem o seu contexto e sistema de produção. A descrição de cada unidade irá reflectir a sua classificação.

→ **Os níveis de classificação e descrição devem constituir um sistema hierárquico.** Estes níveis reflectem a ordem intelectual e/ou física dos documentos, sendo que cada nível de classificação corresponde a um nível de descrição. Os níveis podem ligar-se entre si através de uma descrição multinível que assegure as ligações entre os níveis inferiores e os superiores.

→ **A descrição deve ser feita do geral para o particular.** A representação dos vários níveis de registos descritivos deve proceder do geral para o particular. A descrição do nível mais amplo deve ser apresentada antes dos níveis mais baixos, do que resulta que as descrições dos níveis inferiores não devem ser apresentadas sem a descrição do nível superior.

→ **A informação deve ser relevante para o nível de descrição,** tendo em vista a representação rigorosa do contexto e conteúdo da unidade de descrição. Facultar apenas

a informação apropriada a cada nível, como exemplo, não revelar informação detalhada acerca do conteúdo de processos, na descrição do fundo.

→ **As ligações entre descrições devem ser claramente indicadas.** Numa descrição multinível, o todo e as partes que o compõem devem ser representados de modo a que as relações existentes entre eles sejam perceptíveis. Cada nível de descrição deve estar identificado e ligado à unidade imediatamente superior, tornando explícita a sua posição na hierarquia.

→ **Não repetição de informação.** A redundância de informação deve ser evitada em descrições arquivísticas hierarquicamente relacionadas. Não repetir informação num nível inferior que esteja já registada no nível superior.

Os princípios enunciados baseiam-se em declarações acerca da descrição, como as enunciadas no documento emanado pelo Conselho Internacional de Arquivos, na senda da elaboração da ISAD (G)²⁵ e constituem a base das descrições multinível. Estes princípios guiaram o desenvolvimento da prática descritiva que emprega um sistema de regras que visam a normalização desta actividade no sentido de agilizar e facilitar a troca de informação entre instituições.

II.2 - International Standard Archival Description- ISAD (G)

A ISAD (G) resulta do compromisso assumido em Ottawa, durante um encontro promovido pelos Arquivos Nacionais do Canadá, de criar um instrumento que procurasse normalizar a descrição feita em arquivo de modo a facilitar a troca de informação. Esta deve ser usada em conjunto com as normas já desenvolvidas a nível nacional ou servir como pedra basilar ao desenvolvimento destas. A segunda edição resultou de um processo de revisão, que a edição de 1994 prevê que seja feito de cinco em cinco anos, num esforço contínuo de melhoria da sua aplicabilidade efectiva.

Esta última edição foi desenvolvida em torno de 26 elementos que se distribuem por sete zonas de informação, tendo como objectivo:

- Assegurar a produção de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas;
- Facilitar a recuperação e a troca de informação sobre os documentos de arquivo;

²⁵ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – “Statement of Principles Regarding Archival Description” in *Archivaria*, nº34, 1992, pp.8-16.

- Possibilitar a partilha de dados de autoridade; e
- Tornar possível a integração de descrições provenientes de diferentes entidades detentoras num sistema unificado de informação.²⁶

O tipo de descrição exposta na ISAD (G) é a descrição multinível. Este modelo de descrição consiste na criação de uma descrição hierárquica das unidades arquivísticas, onde os níveis inferiores dependem dos níveis superiores, fazendo com que seja fundamental o conceito de fundo.

Como já referido a ISAD (G) propõe constituir-se como a base para a elaboração de normas nacionais²⁷. Em Portugal, a actual Direcção Geral de Arquivos desenvolveu as Orientação para a Descrição Arquivística (ODA), cuja 2ª edição teve lugar em 2007. O objectivo destas Orientações centra-se em “dotar a comunidade arquivística portuguesa de um instrumento de trabalho em consonância com as normas de descrição internacionais”²⁸, numa tentativa de aplicar os princípios preconizados pela ISAD (G) à realidade dos arquivos portugueses.

II.3-Dificuldades de aplicação da ISAD (G)

Como qualquer tentativa de harmonização e uniformização de práticas que diferem de país para país ou até mesmo de instituição para instituição, são apontadas lacunas à ISAD (G). A sua própria premissa de criação revela-se ambiciosa, uma vez que é o seu objectivo normalizar o que não era de todo normalizado e fazê-lo a grande escala.

A ISAD (G) é o resultado de um esforço que tenta a adaptação de campos de descrição que se moldem a diferentes tradições arquivísticas, estruturando-se em 7 zonas, por onde se distribuem 26 elementos de descrição, comuns a todos os tipos de documentos de arquivo.

A norma pode ser aplicada a qualquer fase de gestão do ciclo de vida dos documentos. No entanto, alguns profissionais defendem que esta não se enquadra na fase intermédia,

²⁶ *ISAD (G)*. 2002, Descrição arquivística - **Norma geral internacional de descrição arquivística**, 2ª edição. Lisboa: Torre do Tombo, p.10.

²⁷ *ISAD (G)*. 2002..., p. 9.

²⁸ *ODA*. 2007, Descrição arquivística - **Orientações para a Descrição Arquivística**, 2ª versão, Lisboa: Direcção Geral de Arquivos, Programa de normalização da descrição em arquivo, grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo, p.16.

pois os seus elementos descritivos são excessivos²⁹. No entanto, num momento em que se fala cada vez mais na gestão integrada da documentação e de sistemas de informação virtuais, fará todo o sentido o registo de toda a informação dada pelos elementos da ISAD (G), podendo estes ser alterados sempre que necessário.

Existe também alguma dificuldade de percepção da informação que é destinada aos utilizadores e a que é dirigida ao arquivista, para a execução das suas funções³⁰, o que levanta dúvidas na apresentação formal dos dados. O que deve ser oferecido ao utilizador e o que deve ser apenas do conhecimento do arquivista?

Outra dificuldade apontada à aplicação da ISAD (G) reside na falta de uniformização da terminologia³¹. Diferentes instituições, internacionais ou nacionais, atribuem diferentes significados a termos que devem ser “precisos e corresponder de forma unívoca, a um determinado conceito”³², igualmente entendidos a nível internacional de modo a possibilitar a troca de informação preconizada pela norma. O próprio conceito de fundo continua a suscitar dúvidas. Como entender o “fundo”, numa perspectiva macro ou micro? Do mesmo modo, o conceito de produtor continua a suscitar dúvidas. Como definir o produtor se este mudou o nome, se as suas competências foram transferidas? Qual considerar o primeiro ou o último?

Tendo como base o modelo de descrição multinível, a aplicação do conceito de fundo de arquivo é fundamental, pois o contexto da documentação é dado pelos seus níveis de descrição hierarquicamente superiores. Por sua vez, o conceito de fundo encontra-se ligado ao princípio da proveniência, criando deste modo uma relação com a outra actividade da arquivística, a classificação. Todavia, a ISAD (G) apenas refere que o desenvolvimento da operação de classificação assenta no princípio teórico da proveniência, o que não acontecendo, pode levar a um desfasamento entre estas duas operações³³. A operação de classificação reveste-se de uma maior importância, uma vez que é esta que fornece o contexto da documentação depois espelhado na descrição.

²⁹ RUNA, Lucília; SOUSA, Joana Braga – “Normalizar a descrição em arquivo: questionar, reflectir e aplicar” in **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**, número 002, Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2003, p.82.

³⁰ RUNA, Lucília; SOUSA, Joana Braga ... p.81.

³¹ RUNA, Lucília; SOUSA, Joana Braga ... p.84.

³² RUNA, Lucília; SOUSA, Joana Braga ... p.84.

³³ LOPEZ, André Porto Ancona – **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**, colecção Como fazer, vol. 6, São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p15.

Uma outra questão prende-se com níveis de descrição. A norma aceita como níveis mínimos de aplicação o fundo, a série e o documento, podendo estes ser divididos em sub-fundo e sub-série. Todavia, existem outras experiências de descrição que incluem unidades arquivísticas como o núcleo ou o macro processo³⁴. Ao serem utilizados estes últimos termos não se correrá o risco de haver diferentes nomes para uma mesma realidade?

Embora se apresente como uma norma geral passível de aplicação a todos os tipos de documentos de arquivo, esta refere a necessidade de articulação com outras normas que se adaptem melhor a tipos específicos de documentos, ou que espelhem melhor a realidade arquivística de cada país. Assim, a ISAD (G) constitui-se, não como o final, mas como um ponto de partida para a criação de normas nacionais, que apesar de adaptadas a realidades diferentes, possuam pontos em comum que permitam efectuar trocas de informação com facilidade entre instituições de várias nacionalidades.

II.4 - Novas tecnologias aplicadas à descrição

As novas tecnologias trouxeram mudanças na arquivística. O desenvolvimento de novos métodos de troca de dados e comunicação entre instituições revolucionaram o modo de tratamento da documentação, mas também o modo de criação dos próprios documentos.

Os repositórios digitais de acesso livre, em conjunto com os protocolos de recolha de metadados permitem uma pesquisa livre, de âmbito mais vasto e de acordo com as necessidades do utilizador. Documentos que se encontram separados fisicamente, em diferentes instituições, podem agora ser reunidos digitalmente numa única base de dados, optimizando deste modo a pesquisa. O utilizador pesquisa apenas num único portal que lhe dá acesso à documentação guardada por várias instituições diferentes.

O protocolo OAI-PMH (*Open Archives Initiative Protocol Metadata Harvesting*) usado pela Rede Portuguesa de Arquivos (RPA)³⁵ permite efectuar esta operação de pesquisa através de etiquetas de metadados, (como: autor ou data) iguais para todas instituições associadas, que o *software* recolhe. Os documentos são depois reunidos num único repositório que permite pesquisas entre os vários arquivos.

³⁴ RUNA, Lucília; SOUSA, Joana Braga – “Normalizar a descrição em arquivo: questionar, reflectir e aplicar” in **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**, número 002, Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2003, p.86.

³⁵ DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS – **Rede Portuguesa de Arquivos: fundamentos para o seu desenvolvimento e gestão, módulo 1: modelo conceptual**, Lisboa, 2008.

O facto de, por esta via, se poder efectuar uma pesquisa alargada dirigida para o utilizador e o facto do processo de indexação e até mesmo de descrição se fazer automaticamente pode por em causa a descrição arquivística nos moldes em que esta hoje se faz.

Cada vez mais existe menos papel a circular nas instituições, muitas delas contam até já com sistemas de informação que gerem a documentação, classificando-a e recolhendo dados pormenorizados acerca dela. Deste modo, no futuro, será necessário o uso de sistemas que integrem os campos da ISAD (G) para a efectuar a descrição dos documentos ou estes sistemas tornar-se-ão obsoletos, sem utilidade?

Se o desenvolvimento das tecnologias nos pode levar a pensar desta maneira, já uma rápida análise às instituições detentoras, tomemos como exemplo aquela estudada neste relatório de estágio, leva a crer que a ISAD (G) e os *software* de descrição para arquivo histórico estão longe de sair de uso. Se por um lado, as instituições produzem ainda muito papel, em parte porque não é ainda claro o valor probatório dos documentos electrónicos, por outro lado muitas instituições contam com orçamentos reduzidos que não lhes permitem a implementação destes protocolos.

Capítulo III – Fases da construção do Instrumento de Descrição Documental

Um Instrumento de Descrição Documental é definido pelo *Dicionário de Terminologia Arquivística* como um “documento secundário que referencia e/ou descreve as unidades arquivísticas, quantificando as respectivas unidades de instalação, tendo em vista o seu controlo e/ou acessibilidade.”³⁶ Com efeito, são vários os objectivos preconizados pela construção de um IDD, além de se constituir como uma via de acessibilidade aos documentos, serve também para o seu controlo, e ainda, ajuda a minorar o seu grau de manuseamento.

A importância da criação deste tipo de instrumentos reside no facto destes orientarem a consulta e poderem determinar com exactidão quais são os documentos, permitindo ao utilizador fazer uma pesquisa livre de ruído.

No âmbito do estágio realizado no AHPL foram elaborados três estudos, uma análise da documentação sobre a qual o IDD irá incidir, uma análise do serviço de arquivo, sobretudo no que toca a práticas de descrição documental e um estudo acerca do perfil do utilizador do AHPL.

III.1 - Análise arquivística dos acervos

A análise arquivística dos acervos é a primeira das três análises realizadas. Neste subcapítulo serão apresentadas as características dos arquivos, os tipos de documentos existentes, as entidades que os produziram, bem como o modo como foram tratados, classificados e descritos na instituição onde se encontram.

Os acervos em presença são constituídos por documentos de duas paróquias Santo Estêvão e São Miguel situadas no bairro de Alfama, em Lisboa, produzidos entre o século XV e o século XX.

A data de criação da paróquia de Santo Estêvão não é clara. Segundo alguns autores, a sua fundação data do reinado de D. Afonso Henriques, pouco depois da conquista da cidade de Lisboa, outros apontam o reinado de D. Dinis como data mais provável³⁷.

³⁶ ALVES, Ivone [et al.], *Dicionário de Terminologia Arquivística*, Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993, p.59.

³⁷ MARIZ, José, ed. lit., *Inventário colectivo dos registos paroquiais / Inventário do Património Cultural Móvel*, 1º vol.: Centro e Sul. - XXIII, Lisboa: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1993-1994, p.308.

O território da freguesia era extenso, estendendo-se para nordeste da cidade. No entanto, a fundação das paróquias de Santa Catarina, em 1559, e Santa Engrácia, em 1569, retiraram-lhe parte do território.

A igreja foi padroado real até 1295, passando depois para priorado de apresentação da mitra³⁸. Sofreu várias reconstruções, sendo que a última em 1733 foi realizada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento. Entre 1833 e 1848 a igreja voltou a ter obras, período em que a paróquia esteve sedeada na Ermida dos Remédios.

A Igreja paroquial de São Miguel é de fundação anterior ao século XIII, sendo citada no Episcopado e nas Inquirições de D. Afonso III³⁹. A actual igreja data do século XVII, sendo o seu arquitecto João Nunes Tinoco. Em 1673, em risco de ruína, o edifício foi reconstruído pela Irmandade do Santíssimo Sacramento. Com o terramoto, em 1755, as duas torres sineiras foram danificadas, o que levou à transferência da sede da paróquia para o Campo da Lã⁴⁰. Com a conclusão das reparações, a igreja de São Miguel regressou à igreja original.

Aquando do depósito no AHPL foram transferidos 810 livros, 22 pastas, 87 maços, 9 caixas, 1 rolo, 402 capilhas, 2 documentos emoldurados e, ainda, 3 sinetes, num total de 36 metros lineares.

III.1.1 - Entidades Produtoras

Apesar de se constituírem como paróquias diferentes, Santo Estêvão e São Miguel encontram-se muito próximas geograficamente partilhando até, actualmente, o mesmo pároco. A própria documentação transferida encontrava-se dispersa por quatro lugares de culto religioso de ambas as paróquias, sem qualquer ordem ou separação por fundos, o que levou a que fosse feita uma intervenção conjunta na documentação.

No entanto, embora provenham de paróquias, a maioria dos documentos existentes pertencem a outras entidades produtoras, cuja documentação também foi transferida, como Irmandades ou Confrarias, Juntas de Paróquia e Colegiadas de Santo Estêvão e São Miguel.

As paróquias aparecem referenciadas no Código do Direito Canónico, no título III, capítulo VI (cânone 515 §1)⁴¹ e são definidas como uma comunidade de fiéis

³⁸ MARIZ, José, ed.lit., ...p.308.

³⁹ MARIZ, José, ed.lit., ...p. 311.

⁴⁰ MARIZ, José, ed.lit., ...p. 311.

⁴¹ Código do Direito Canónico, livro II, parte II, secção II, título III, capítulo VI, 25 Janeiro 1983.

constituída numa igreja particular, com personalidade jurídica, cuja actividade pastoral se encomenda a um pároco, que se encontra debaixo da autoridade do bispo. Assim, apenas ao bispo compete erigir, extinguir ou alterar as paróquias, (cânone 515§2)⁴². Encontra-se também definido no mesmo documento que nas paróquias deve haver um arquivo, onde se guardem os livros paroquiais (livros de registo de baptizados, casamentos e defuntos), correspondência dos bispos, e outros documentos (cânone 535§4)⁴³, mas também os livros paroquiais antigos (cânone 535§5)⁴⁴.

No entanto, nas paróquias existem também irmandades ou confrarias, designadas no Direito Canónico como associações de fiéis⁴⁵ que, apesar de aí estarem sedeadas, só podem ser erectas pelo bispo, Conferência Episcopal ou pela Santa Sé, não se encontrando sob a autoridade do pároco.

As irmandades ou confrarias são definidas pelo Código de Direito Canónico como associações de fiéis que se constituem com fins de procura de fomentação de uma vida mais perfeita segundo a doutrina cristã, promoção do culto público e realização de obras de piedade e caridade⁴⁶.

O Código do Direito Canónico de 1917 apenas reconhecia o estatuto de Irmandade ou Confraria àquelas que possuíam decreto formal de erecção. Actualmente, o mesmo documento aconselha a que os fiéis se integrem nas que foram erectas ou recomendadas pela autoridade eclesiástica⁴⁷. No entanto, os fiéis podem constituir associações privadas, embora apenas sejam admitidas no seio da Igreja católica aquelas que tenham os estatutos revistos pela autoridade competente⁴⁸.

Com o Liberalismo, em Portugal, houve um aumento da submissão destas associações às autoridades civis, espelhadas no Código Administrativo de 1842, que remetia a aprovação dos estatutos e compromissos para o Governo Civil, e na Portaria de 30 de Dezembro de 1852, que refere a necessidade de uma licença da mesma entidade para a sua constituição⁴⁹.

⁴² Código do Direito Canónico, livro II, parte II, secção II, título III, capítulo VI, 25 Janeiro 1983.

⁴³ Código do Direito Canónico, livro II, parte II, secção II, título III, capítulo VI, 25 Janeiro 1983.

⁴⁴ Código do Direito Canónico, livro II, parte II, secção II, título III, capítulo VI, 25 Janeiro 1983.

⁴⁵ Código do Direito Canónico, livro II, parte I, título V, capítulo II, 25 Janeiro 1983.

⁴⁶ Código do Direito Canónico, livro II, parte I, título V, capítulo I, 25 Janeiro 1983.

⁴⁷ Código do Direito Canónico, livro II, parte I, título V, capítulo I, 25 Janeiro 1983.

⁴⁸ Código do Direito Canónico, livro II, parte I, título V, capítulo I, 25 Janeiro 1983.

⁴⁹ PENTEADO, Pedro – “Arquivo de Confrarias e Irmandades: Alguns pressupostos para o sucesso de uma intervenção arquivística” in ROSA, Maria Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (coord.) – **Arquivística e**

Actualmente, o Código do Direito Canónico refere que as irmandades podem ser erigidas por três autoridades distintas: a Santa Sé, a Conferência Episcopal do território onde se encontram e pelo bispo diocesano (cânone §312)⁵⁰. São dotadas de estatutos próprios, aprovados por quem decreta a sua erecção (cânone §314)⁵¹ e só podem ser suprimidas pelas mesmas entidades que as erigem (cânone §320)⁵², não existindo qualquer relação com a autoridade civil.

As irmandades podem ser divididas em três tipos: penitenciais, caritativas e devocionais e de ofícios⁵³. Nos arquivos em análise encontram-se apenas irmandades devocionais, isto é, vocacionadas para a celebração de um elemento devocional concreto, como Nossa Senhora da Conceição ou Santíssimo Sacramento.

Além destas duas principais entidades, a paróquia e as irmandades, existe ainda documentação de outras duas entidades, que embora constituam fundos separados da paróquia, se encontram também sedeadas na igreja paroquial. São elas a Junta de Paróquia e as Colegiadas.

As colegiadas eram igrejas onde se prestava um culto solene, semelhante àquele realizado nas catedrais. Eram compostas por um colégio de clérigos, denominados por cónegos, raçoeiros ou beneficiados. Tinham como função a promoção do culto divino com a maior solenidade possível, a celebração dos ofícios pelos mortos e a cura das almas⁵⁴.

A supressão dos dízimos em 30 de Julho de 1832, pelo governo liberal, marcou o início da decadência destas instituições, pois aboliu parte considerável dos seus rendimentos. A lei de 16 de Junho de 1848 permitia, com autorização dos prelados, a extinção das colegiadas e a recolha dos seus arquivos pelo governo civil. Por fim, aquando da

Arquivos Religiosos: Contributos para uma reflexão, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa. 2000, p. 176.

⁵⁰ Código do Direito Canónico, livro II, parte I, título V, capítulo II, 25 Janeiro 1983.

⁵¹ Código do Direito Canónico, livro II, parte I, título V, capítulo II, 25 Janeiro 1983.

⁵² Código do Direito Canónico, livro II, parte I, título V, capítulo II, 25 Janeiro 1983.

⁵³ GOMES, Manuel Saturino, “Confrarias” in AZEVEDO, Carlos A. M. (dir.), **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa, 2000, p.460.

⁵⁴ RODRIGUES, Ana Maria S.A., “Colegiadas” in AZEVEDO, Carlos A. M. (dir.), **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa, 2000, p.400.

aplicação da Lei da Separação da Igreja do Estado, o governo da República extinguiu estas instituições⁵⁵.

As Juntas de Paróquia foram criadas em 1835 ⁵⁶ por decreto da rainha D. Maria I ⁵⁷, como produto de uma nova organização administrativa do território. Estas serviam como órgão adjuvante do comissário de paróquia. O seu número de membros variava em proporção com os habitantes de cada freguesia, mas todas possuíam, um presidente, um secretário e um tesoureiro.

As competências atribuídas a este órgão são espelhadas num segundo decreto⁵⁸, onde é procurada a supressão de dúvidas suscitadas pelo decreto de 18 de Julho de 1835. Assim, competia às Juntas de Paróquia:

- Inventariar os bens da paróquia a que está associada, bem como os da Fábrica da igreja;
- Cuidar da conservação da igreja e despesas do culto;
- Discutir o orçamento anual apresentado pelo comissário de paróquia;
- Regular os meios de prover às despesas da paróquia, discutir a necessidade da contribuição das irmandades para o pagamento destas despesas, bem como o lançamento de impostos sobre os paroquianos;
- Administrar os bens móveis e imóveis da paróquia;
- Proceder a requisições junto da câmara municipal para o estabelecimento e/ou extinção de posturas relativas ao regulamento das freguesias;
- Criar as listas dos cidadãos com direito ao voto e dos cidadãos necessitados de beneficência social;
- Promover medidas de repressão da mendicância e velar pelos expostos.

⁵⁵ RODRIGUES, Ana Maria S.A., “Colegiadas” ... p.402.

⁵⁶ SÁ, Vítor de, “A reforma administrativa liberal que precedeu Mousinho da Silveira”, [Em linha] *in* **Revista da Faculdade de Letras**, pp.201-126. [consultado em 12-02-2011], disponível em WWW:<URL <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1950.pdf>>

⁵⁷ Diário do Governo: Decreto de 18 de Julho de 1835. [Em linha] [consultado em 09-12-2011], disponível em WWW <URL <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1803.pdf>>

⁵⁸ Diário do Governo: Decreto de 6 de Julho de 1836. [Em linha] [consultado em 09-12-2011], disponível em WWW: <URL <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1811.pdf>>

III.1.2 – Documentação transferida

Entre a documentação produzida por estas entidades é possível encontrar diversas tipologias, sendo as mais frequentes, livros de assentos de irmãos, livros borradores⁵⁹, patentes de irmãos, certidões de missas, inventários, provisões, sentenças cíveis, testamentos, requerimentos, livros de presidências⁶⁰, escrituras, contratos, recibos e ordens de pagamento, quase todos pertencentes a actividades desenvolvidas pelas irmandades, mas também pelas colegiadas e juntas de paróquia.

A documentação paroquial existente resume-se a alguns róis de confessados, provisões enviadas pelo Cardeal Patriarca, recibos e correspondência. Esta escassez de documentação paroquial deve-se à lei de 18 de Fevereiro de 1911, que institui o Código do Registo Civil, onde é estabelecida a obrigatoriedade da transferência, para as conservatórias do registo civil, de todos os registos paroquiais anteriores a 1911. Assim, muita da documentação associada às actividades paroquiais encontra-se em arquivos estatais e não nas suas paróquias de origem.

III.1.3 – Tratamento técnico efectuado

Aquando da transferência da documentação de ambas as paróquias para o AHPL, esta encontrava-se acondicionada em caixas, sem qualquer tratamento, quer a nível arquivístico, quer para a sua conservação. A falta de meios humanos e financeiros para o tratamento e preservação da documentação foi um factor determinante para a sua transferência para as instalações do Patriarcado.

A documentação encontrava-se desorganizada e, como já referido, dispersa por ambas as paróquias. A mesma parece também nunca ter sido alvo de qualquer avaliação, pelo que os documentos que não se perderam com o tempo, foram-se acumulando, sem qualquer ordem aparente.

Dado o avançado estado de degradação da documentação, a primeira iniciativa tomada foi realizar o expurgo desta. Como o AHPL não possui instalações para este tipo de intervenção, foi realizado um acordo com a Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa, para onde a documentação foi levada e aí tratada.

Findo o expurgo, os acervos foram transferidos para as instalações do AHPL no Mosteiro de São Vicente de Fora, para um sala previamente preparada, onde foram alvo

⁵⁹ Livros de registo de receita e despesa diárias.

⁶⁰ Livros de registo do pagamento pelos irmãos de um imposto.

de um tratamento de higienização e restauro realizado por uma equipa especialista em conservação e restauro. As intervenções foram planeadas consoante o tipo de deterioração registada.

Seguiu-se a recolha de dados com o preenchimento de Folhas de Recolha de Dados (FRD). Foram construídas duas FRD, uma para cada paróquia.

As FRD foram criadas com o *software* Microsoft Office Excel 2003 e preenchidas a nível da unidade de instalação, na sua maioria capilhas. Ambas as folhas não contêm nenhum campo que permita saber o fundo a que a documentação pertence pelo que esta informação foi colocada no campo das notas.

Embora os arquivos das paróquias de Santo Estêvão e São Miguel tenham sofrido uma intervenção simultânea, as folhas de recolha de dados, construídas pelo AHPL para o registo preliminar da informação, diferem bastante entre si. A causa destas diferenças prende-se com o facto dos dados recolhidos pela primeira folha construída se terem revelado insuficientes, optando-se, para a paróquia de São Miguel por outro modelo mais completo. Os campos que integram a folha de recolha de dados relativa a Santo Estêvão são:

- Número de ordem;
- Unidade arquivística + título explícito ou formal;
- Unidade de instalação;
- Data inicial (D/M/A);
- Data final (D/M/A);
- Número de documentos (simples ou compostos);
- Notas;
- Localização⁶¹;
- Data de recolha;
- Código de referência⁶²;
- Código de Higienização⁶³.

⁶¹ Referente às estantes do gabinete de trabalho no AHPL, onde a documentação se encontrava a ser intervencionada.

⁶² Campo não preenchido.

Já a folha de recolha de dados relativa a São Miguel está dividida pelas zonas presentes nas Orientações para a Descrição Arquivística (ODA)⁶⁴:

- Zona de Identificação, onde constam os campos “Código de referência”, “Título”, “Datas extremas”, “Nível de descrição” e “Dimensão e suporte”;
- Zona de Conteúdo e Estrutura, onde se encontra o campo “Âmbito e conteúdo”;
- Zona de Condições de Acesso e Utilização, que contém o campo “Idioma”;
- Zona de Notas, onde consta o campo “Notas”;
- Zona de Controlo da Descrição, onde se encontram os campos “Nota do arquivista” e “Data da descrição”; e por fim os campos “Unidade de instalação” e, mais uma vez, “Código de Higienização”, não associados a qualquer zona.

A FRD respeitante à paróquia de São Miguel é mais completa, tendo claramente a sua base nas Orientações para a Descrição Arquivística (ODA). A folha de recolha de dados relativa a Santo Estêvão não parece respeitar qualquer das normas descritivas usadas no AHPL, a ISAD (G) e ODA, tendo até, no campo da data, uma indicação contrária às normas. Estas orientações recomendam que a data seja registada do geral para o particular, ou seja, ano/mês/dia, a folha refere, no entanto, que o registo se faça exactamente ao contrário, dia/mês/ano.

Devido à grande desordem em que se encontravam os arquivos, na FRD as unidades de instalação não foram agrupadas por entidades produtoras. A separação por entidades, além de permitir uma maior percepção da documentação associada a cada uma das instituições presentes, permitiria também a identificação mais célere das séries existentes.

No entanto, de modo a identificar os fundos presentes em cada uma das FRD, dentro destas foram, posteriormente, criados separadores com o título dos fundos (nome das irmandades, fundo paroquial, colegiada ou junta de paróquia), para onde foram transferidos os dados das unidades de instalação respectivas, ficando desta forma já identificados os fundos, bem como a documentação pertencente a cada um. Em seguida,

⁶³ Campo preenchido com o código atribuído pela equipa de conservação e restauro, no seu relatório, às unidades intervencionadas.

⁶⁴ ODA. 2007, Descrição arquivística - **Orientações para a Descrição Arquivística**, 2ª versão, Lisboa: Direcção Geral de Arquivos, Programa de normalização da descrição em arquivo, grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo.

e tendo como ponto de partida esta separação, a documentação foi arrumada fisicamente segundo os fundos já constituídos.

A classificação dada a esta documentação baseou-se em informação retirada dos estatutos das irmandades, bem como o conhecimento da organização actual das paróquias. No entanto, aquando da construção dos quadros surgiu a dúvida de colocar, ou não, as irmandades como sub-fundos da paróquia. Se no início foi equacionada a opção de colocar as irmandades como sub-fundos, esta opção foi, depois, revista e modificada.

A decisão de encarar as irmandades como sub-fundos da paróquia advém do facto destas estarem sedeadas e desenvolverem toda a sua actividade em torno da paróquia. A sua ligação com esta é inegável, uma vez que é nela que se recrutam os seus membros e que desenvolvem toda a sua actividade cultural. O Código do Direito Canónico refere até que faz parte das funções do pároco, a promoção, junto dos fiéis, da criação de associações para fins religiosos⁶⁵.

Todavia, o mesmo documento não refere estas associações como parte integrante da paróquia. De facto, como já referido são três as entidades que podem erigir ou extinguir estas associações, a Santa Sé, a Conferência Episcopal e o bispo diocesano, nunca o pároco ou outro órgão da paróquia.

Michel Duchein no seu artigo *Theoretical Principles and Practical Problems of Respect des fonds in Archival Science*⁶⁶ refere cinco princípios que devem ser tidos em conta no momento da classificação da instituição como produtora de um fundo ou de um sub-fundo. Os critérios enunciados por este autor são, a saber: que a entidade possua nome próprio e existência jurídica; que tenha as suas funções definidas por um texto com estatuto regulador ou legal; que tenha a sua posição definida na hierarquia da instituição em que se enquadra; que possua um órgão responsável com poder de decisão e, por fim, que a sua organização interna seja conhecida no seio da instituição onde está inserida.

Ora, as associações de fiéis possuem nome próprio e existência jurídica dada pelo decreto que as erige (cânone §313)⁶⁷, funções precisas e um órgão capaz de decidir

⁶⁵ Código do Direito Canónico, livro II, parte II, secção II, título III, capítulo VI, cânone 529§2, 25 Janeiro 1983.

⁶⁶ DUCHEIN, Michel, "Theoretical Principles and Practical Problems of Respect des fonds in Archival Science". in *Archivaria*, 1983, pp 64-82.

⁶⁷ Código do Direito Canónico, livro II, parte I, título V, capítulo II, 25 Janeiro 1983.

sobre os seus assuntos internos (Mesa)⁶⁸, estabelecido em estatutos aprovados pelo seu superior, o que preenche os requisitos apontados para que a sua produção documental seja considerada como fundo e não como sub-fundo. Tendo, por isso, sido esta a opção tomada pelo AHPL.

O código de referência foi elaborado segundo as ODA. Em primeiro lugar encontra-se o código do país⁶⁹ (PT), em seguida a entidade detentora (AHPL), a paróquia de onde foi transferida a documentação (PLSB36 ou PLSB47)⁷⁰, o fundo e a série, representada por números sequenciais. Como exemplo, para a primeira série do fundo da Irmandade da Nossa Senhora da Conceição, o código construído seria PT/AHPL/PLSB36/INSC/01.

A terceira fase do projecto comportou a descrição da documentação. A norma usada no AHPL para a descrição arquivística são as Orientações para a Descrição Arquivística⁷¹, baseadas na ISAD (G). Estas orientações foram desenvolvidas pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (actual DGARQ), tendo já uma segunda versão de 2007. As ODA baseiam-se na norma internacional de descrição arquivística ISAD (G), adaptando à realidade nacional os princípios preconizados por esta.

Apesar do AHPL estar em fase de avaliação face à aquisição dos serviços associados à manutenção e actualização do *software* Digitarq, disponibilizado gratuitamente no *website* da Direcção Geral de Arquivos, este não é ainda utilizado. A descrição é feita em folhas de cálculo do Microsoft Office Excel 2003, seguindo o esquema de zonas e campos indicado nas ODA.

Por decisão do AHPL, a descrição da documentação das paróquias de Santo Estêvão e São Miguel seria feita a nível da série, no entanto dado a pertinência de alguns documentos, foram, também realizadas descrições a nível do documento.

Ao contrário das FRD, as folhas de descrição foram concebidas, pelo AHPL, de forma igual quer para a paróquia de Santo Estêvão, quer para a de São Miguel. Estas seguem as zonas da ODA, à semelhança do que foi criado para a folha de recolha de dados de São Miguel, mas acrescentando novos campos. Os ficheiros, criados em Microsoft

⁶⁸Código do Direito Canónico, livro II, parte I, título V, capítulo II, cânone 315, 25 Janeiro 1983.

⁶⁹Código de Portugal retirado da ISO 3166. 1988 - **Normas geográficas para codificar nomes de países.**

⁷⁰IAN/TT, PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – **Codificação do nome dos municípios e das freguesias**, 3ª versão, Abril 2006.

⁷¹ODA. 2007, Descrição arquivística - **Orientações para a Descrição Arquivística**, 2ª versão, Lisboa: Direcção Geral de Arquivos, Programa de normalização da descrição em arquivo, grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo.

Office Excel 2003, são constituídos por uma folha onde estão inscritas as zonas de descrição e os campos correspondentes a cada zona. Os campos presentes são:

- Zona da Identificação: “Código de referência”, “Título”, “Datas extremas”, “Nível de descrição” e “Dimensão e suporte”;
- Zona do Contexto: “História administrativa/biográfica” e “História custodial”;
- Zona do Conteúdo e Estrutura: “Âmbito e conteúdo”;
- Zona das Condições de Acesso e Utilização: “Idioma” e “Características físicas e requisitos técnicos”;
- Zona da Documentação Associada: “Unidades de descrição relacionadas” e “Nota de publicação”;
- Zona das Notas: “Notas”;
- Zona do Controlo da Descrição: “Nota do arquivista” e “Data da descrição”.

Nestas descrições, quando aplicável, aparece também um campo ligado à ISAAR (CPF)⁷², o campo “Outras formas do nome” presente na Zona de Identificação. Este campo pretende cumprir “o objectivo de Registrar qualquer outro nome (s) da pessoa colectiva, da pessoa singular ou da família, não utilizado (s) nos outros elementos de informação da Zona da Identificação.”⁷³.

O AHPL estabeleceu também uma hierarquia de assuntos para as descrições da documentação. Cada descrição deveria começar pelos compromissos e estatutos das irmandades, seguindo-se de documentos relacionados com os irmãos, como livros de assentos ou as patentes de irmãos, os inventários, correspondência, legados pios, documentação associada à administração e, por fim, a contabilidade.

Este conjunto de assuntos está, talvez, demasiado ligado à realidade documental das irmandades e confrarias, mas apesar disso é possível aplicar esta hierarquia também às colegiadas ou às juntas de paróquia.

⁷² ISAAR (CPF). 2004, Descrição arquivística - **Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias**, 2ª edição, Lisboa: Direcção Geral de Arquivos, Programa de normalização da descrição em arquivo, grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo.

⁷³ ISAAR (CPF). 2004 ... p.19.

III.1.4- Crítica às opções tomadas no tratamento técnico documental

Depois da apresentação do tratamento efectuado pelo AHPL à documentação procedente das paróquias de Santo Estêvão e São Miguel cabe agora reflectir acerca das opções tomadas, sobretudo no que toca às opções tomadas no processo de descrição da documentação.

Antes de iniciar a reflexão é necessário ter em conta que foi a primeira vez que o AHPL recebeu documentação a título de depósito, sendo também a primeira vez que a sua equipa tratou documentação paroquial. É igualmente necessário frisar que a documentação transferida era na sua maioria proveniente de irmandades e confrarias e não do fundo paroquial, como seria esperado.

A recolha de dados para a identificação preliminar da documentação é essencial quando se pretende efectuar o tratamento de um arquivo. Assim, é necessário estabelecer um sistema de colecta de dados eficiente e que cumpra o objectivo acima enunciado. As folhas de recolha de dados devem ser elaboradas de modo a que sintetizem toda a informação preliminar, sendo efectuado um controle do seu modo de preenchimento, de modo a garantir a uniformização dessa mesma informação⁷⁴.

No entanto, a informação recolhida por estes instrumentos aquando do tratamento dos arquivos das paróquias de Santo Estêvão e São Miguel não foi igual para ambas. Com efeito, a FRD referente à paróquia de São Miguel contém informação mais detalhada quando em comparação com a de Santo Estêvão. De modo a seguir objectivos de normalização, mas também para otimizar o tempo da recolha preliminar da informação, as FRD criadas deveriam seguir uma estrutura igual para ambas as paróquias tendo como alvo informação mais geral acerca da documentação, que permitisse uma identificação preliminar dos fundos e das séries presentes, logo após o seu preenchimento.

O segundo capítulo deste relatório faz referência a alguns princípios teóricos que devem ser respeitados aquando da construção de um modelo de descrição de documentos de arquivo. Ao aplicar as ODA com base da descrição da documentação à sua guarda, o

⁷⁴LOPEZ, André Porto Ancona – **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**, colecção Como fazer, vol. 6, São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p16.

AHPL está implicitamente a aplicar todos os princípios antes enunciados, com excepção da descrição das entidades produtoras.

Embora em algumas descrições de irmandades se possa encontrar um dos campos referente à norma ISAAR (CPF) espelhada na segunda parte da norma portuguesa, esta não é de todo aplicada na sua totalidade. Devido à longa duração, no tempo, das irmandades e confrarias e às inevitáveis mudanças que estas sofreram ao longo do seu tempo de existência, torna-se importante o registo destes dados para a sua identificação e criação de pontos de acesso à documentação.

No entanto, se a segunda parte das ODA só é contemplada com um campo e apenas quando se regista uma fusão clara de irmandades, a parte referente à descrição da documentação também não é aplicada na sua totalidade, não sendo contemplados campos considerados essenciais pela norma.

As ODA estabelecem como obrigatórios, no nível do fundo, os campos “Nome do produtor”, “Fonte imediata de aquisição ou transferência” (Zona do Contexto), “Sistemas de organização” (Zona do Conteúdo e Estrutura), “Instrumentos de descrição” (Zona das Condições de Acesso e Utilização) e “Regras e convenções” (Zona do Controlo da Descrição), campos não contemplados nas descrições da documentação das paróquias de Santo Estêvão e São Miguel. A existência destes campos reveste-se de importância, pois são necessários não apenas para uma representação consistente dos documentos, mas também para o registo do seu contexto de produção, essencial para a sua compreensão. Acresce à importância destes campos o facto de se constituírem como registos de informação pertinente para o utilizador.

É importante contemplar o campo “Nome do produtor” na descrição de qualquer documentação, pois este além de se constituir como “primeiro ponto de acesso normalizado à documentação”⁷⁵ serve ainda como elo de ligação com a descrição das autoridades arquivísticas. Embora o AHPL não realize descrição de autoridades, o “Nome do produtor” deveria ser contemplado, pois constitui-se como um importante ponto de pesquisa para o utilizador e para a determinação do contexto de produção da documentação.

⁷⁵ ODA. 2007, Descrição arquivística - **Orientações para a Descrição Arquivística**, 2ª versão, Lisboa: Direcção Geral de Arquivos, Programa de normalização da descrição em arquivo, grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo, p.65

Ainda na Zona do Contexto existe outro campo, que também não é considerado pelo AHPL, o campo “Fonte imediata de aquisição ou transferência”. Este campo reveste-se de especial importância, pois aqui deve ser registado o modo de aquisição da documentação. Uma vez que os arquivos das paróquias se encontram no AHPL a título de depósito, continuando por isso, o seu proprietário a ser a paróquia de origem, o registo desta informação deveria ser feito para efeitos de utilizações da documentação.

Além da informação acerca de quem produziu a documentação e do modo de aquisição desta, é ainda importante o registo da sua forma de organização. Nas ODA este tipo de registo deve ser efectuado no campo “Sistemas de organização”, na Zona do Conteúdo e Estrutura. Este é o campo onde deve ser registada a informação acerca do modo de estruturação interna da documentação, bem como da classificação e ordenação dadas originalmente ou atribuídas na altura do tratamento documental. O sistema de organização da documentação deve ser baseado nos princípios arquivísticos da proveniência e ordem original, constituindo, por isso, informação essencial para a interpretação da unidade de descrição, bem como do seu contexto.

Na Zona das Condições de Acesso e Utilização surge outro campo considerado obrigatório pelas ODA, mas também não contemplado nas descrições dos arquivos das paróquias, o campo “Instrumentos de descrição”. A razão deste campo não constar nas descrições elaboradas pelo AHPL prende-se com o facto de não existir ainda um instrumento de descrição relativo a esta documentação. No entanto, como indicado na norma, podem ser indicados neste campo, as guias de remessa ou o quadro de classificação, instrumentos que garantem também acesso à documentação⁷⁶.

Por fim, o último campo obrigatório a nível do fundo que não consta nas descrições do AHPL é o campo “Regras e Convenções”. Este é um campo importante, na medida em que permite saber onde foi baseado o trabalho de descrição, bem como os instrumentos daí resultantes.

Nos restantes níveis presentes nas descrições: série, documento e unidade de instalação a falta de elementos obrigatórios não é tão sentida como no nível do fundo. De facto, nos três níveis enunciados todos os campos considerados obrigatórios se encontram

⁷⁶ ODA. 2007, Descrição arquivística - **Orientações para a Descrição Arquivística**, 2ª versão, Lisboa: Direcção Geral de Arquivos, Programa de normalização da descrição em arquivo, grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo, p.107.

presentes. Os restantes campos classificados como Obrigatórios se Aplicável⁷⁷ encontram-se já preenchidos ao nível do fundo e, como a informação a registar se repete, não é necessário o seu preenchimento.

O nível da unidade de instalação não é considerado na ISAD (G), por não se constituir como uma unidade arquivística⁷⁸. No entanto, ele é considerado nas ODA e também bastante usado nas descrições da documentação das paróquias. O AHPL optou por considerar o livro como uma unidade de instalação, seguindo a definição dada pelo *Dicionário de Terminologia Arquivística*: “São unidades de instalação: caixas, maços, livros, rolos e pastas, etc.”⁷⁹ mas não registando informações acerca da ordenação das séries em que se inserem as Unidades de Instalação, como recomendado pelas ODA⁸⁰.

Como já referido anteriormente, todas as descrições referentes à documentação de Santo Estêvão e São Miguel foram realizadas com o *software* Microsoft Excel 2003. Todavia, como o AHPL se encontrava, à data do estágio, em processo de aquisição dos serviços associados à implantação do *software* DigitArq e, uma vez que este se encontrava disponível para *download* sem custos na página da Direcção Geral de Arquivos, as descrições associadas a este projecto poderiam ter sido realizadas através desta aplicação. Deste modo seria facilitada a visualização dos níveis hierárquicos da descrição, além de se otimizar o tempo despendido nesta tarefa.

A análise das opções tomadas para a descrição da documentação das paróquias de Santo Estêvão e São Miguel detectou a falta de normalização da linguagem usada. Esta situação é visível, sobretudo, no campo “Âmbito e conteúdo”, onde a informação é preenchida sem qualquer controlo de termos. Com um universo tão específico, como o da Igreja Católica, a construção de uma linguagem de indexação traria vantagens ao nível da pesquisa por parte dos utentes do AHPL. Esta opção torna-se ainda mais importante pelo facto do AHPL não ter à disposição dos seus utilizadores uma aplicação que permita efectuar pesquisas por qualquer termo. Deste modo, uma linguagem

⁷⁷ A ODA classifica os campos de três formas possíveis: Obrigatório; Obrigatório se aplicável e Opcional. ODA. 2007, Descrição arquivística - **Orientações para a Descrição Arquivística**, 2ª versão, Lisboa: Direcção Geral de Arquivos, Programa de normalização da descrição em arquivo, grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo, p.21.

⁷⁸ RUNA, Lucília; SOUSA, Joana Braga – “Normalizar a descrição em arquivo: questionar, reflectir e aplicar” in **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**, número 002, Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2003, p. 86.

⁷⁹ ALVES, Ivone [et al.], **Dicionário de Terminologia Arquivística**, Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993, entrada Unidade de Instalação.

⁸⁰ ODA. 2007, Descrição arquivística ... p.65

controlada poderia ser útil no arquivo, auxiliando ainda o preenchimento dos campos para a descrição, de modo a normalizar os termos usados.

A importância da normalização, preconizada pela ISAD (G), para a comunidade arquivística é incontestável quando colocada em parceria com as novas tecnologias de comunicação. No sentido de possibilitar a troca digital de informação entre as instituições é necessário no seio das instituições estabelecer directrizes normalizadoras das actividades de descrição⁸¹. Esta uniformização não facilita apenas a troca de informação entre instituições detentoras de arquivos, mas também por parte dos investigadores, dando-lhe a possibilidade de, num único portal, poder pesquisar e localizar a informação contida em diversas instituições.

III.2 - Análise do Serviço de arquivo

A análise do serviço de arquivo permitirá perceber o funcionamento interno do AHPL, sobretudo no que toca às práticas de descrição seguidas e ao modo como os utilizadores podem aceder à documentação.

III.2.1 - Instrumentos de Descrição Documental do AHPL

Embora constituído em 1993, foi apenas em 2005 que os trabalhos de organização de espaços e de tratamento sistemático de documentação começaram no arquivo histórico. Todavia, os IDD existentes para pesquisa são anteriores a esta data, carecendo de actualização.

O arquivo conta com seis IDD para consulta presencial dos utilizadores. O primeiro data de 1966 e foi elaborado pelo cônego Isaías da Rosa Pereira. Trata-se de uma lista dos manuscritos do Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa e encontra-se publicado na revista *Lumen*⁸². O segundo, com o mesmo autor, data de 1970, intitula-se *Inventário Provisório do Arquivo da Cúria Patriarcal*, publicado na revista *Lusitânia Sacra*⁸³. O terceiro, datado do ano 2000, constitui-se como um roteiro de manuscritos⁸⁴. Foi elaborado no âmbito do Curso de Técnicos-adjuntos de Arquivo – variante de Arquivos

⁸¹LOPEZ, André Porto Ancona – **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**, colecção Como fazer, vol. 6, São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p16.

⁸² PEREIRA, Isaías da Rosa – “Manuscritos do Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa”. in *Lumen*. Ano XXX, vol. XXX. Lisboa: União Gráfica. 1966, pp.465-472.

⁸³ PEREIRA, Isaías da Rosa – “Inventário provisório do Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa”. in *Lusitânia Sacra*. Tomo IX. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 1970-1971, pp.311-385.

⁸⁴ Caderno dactilografado, 2000. Acessível no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa.

Religiosos. Existem ainda, um índice onomástico de Processos de Ordenação do século XIX⁸⁵, uma listagem de Róis de Confessados das Igrejas do Patriarcado de Lisboa, séculos XVII a XX⁸⁶ e, por fim, uma lista de resumos de decretos, provisões e pastorais dos séculos XVIII a XX⁸⁷.

Nenhum destes instrumentos foi concebido segundo qualquer norma de descrição arquivística, tendo sido criados à medida das necessidades do serviço.

III.2.2 - Práticas de descrição arquivística do AHPL

Além do projecto das paróquias de Santo Estêvão e São Miguel, e até à realização do estágio, apenas outros dois conjuntos de documentação foram alvo de processos de descrição sistemáticos: o Arquivo do Cardeal Cerejeira e a série de Processos de Casamento. Nos três projectos a descrição foi realizada com o *software* Microsoft Office Excel 2003 e, nos dois primeiros projectos, segundo as ODA.

A opção por esta normativa prende-se com o facto de o AHPL ter como objectivos não só a comunicação da informação que possui, numa base normalizada, mas também a interoperabilidade, na perspectiva da integração na Rede Portuguesa de Arquivos. Apesar de este instrumento não ser requisito obrigatório para integrar a Rede, ao AHPL parece importante seguir os normativos emitidos pelo órgão regulamentador dos arquivos em Portugal, na perspectiva da normalização arquivística e troca de informação com arquivos civis, que muitas vezes complementam a documentação guardada no AHPL.

As tarefas de descrição no AHPL são realizadas através da elaboração de tabelas, que contêm campos pré-seleccionados da norma de descrição adoptada. Nem todos os campos da norma, mesmo os obrigatórios, surgem nas folhas de descrição, tendo a escolha recaído apenas sobre aqueles que foram considerados suficientes para a representação dos documentos.

O seguinte quadro mostra os campos considerados obrigatórios pelas ODA, no nível do fundo e os campos usados nas folhas de descrição do AHPL.

⁸⁵ Documento dactilografado. Acessível no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa.

⁸⁶ Documento dactilografado. Acessível no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa.

⁸⁷ Documento dactilografado. Acessível no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa.

ODA I Parte - Documentação	Folhas de descrição das paróquias de Santo Estêvão, São Miguel
Zona da identificação <ul style="list-style-type: none"> - Código de referência - Título - Datas - Nível de descrição - Dimensão e suporte 	Zona da identificação <ul style="list-style-type: none"> - Código de referência - Título - Datas extremas - Nível de descrição - Dimensão e suporte
Zona do contexto <ul style="list-style-type: none"> - Nome do produtor - História custodial e arquivística; - Fonte imediata de aquisição ou transferência 	Zona do contexto <ul style="list-style-type: none"> - História administrativa - História custodial e arquivística
Zona do conteúdo e estrutura <ul style="list-style-type: none"> - Âmbito e conteúdo - Avaliação, selecção e eliminação - Ingressos adicionais - Sistemas de organização 	Zona do conteúdo e estrutura <ul style="list-style-type: none"> - Âmbito e conteúdo
Zonas das condições de acesso <ul style="list-style-type: none"> - Condições de acesso; - Condições de reprodução - Idioma/Escrita - Características físicas e requisitos técnicos - Instrumentos de descrição 	Zonas das condições de acesso <ul style="list-style-type: none"> - Idioma - Características físicas e requisitos técnicos
Zona da documentação associada <ul style="list-style-type: none"> - Existência e localização dos originais 	Zona da documentação associada <ul style="list-style-type: none"> - Unidades de descrição relacionada - Nota de publicação
Zona das notas	Zona das notas <ul style="list-style-type: none"> - Notas
Zona do controlo da descrição <ul style="list-style-type: none"> - Nota do arquivista - Regras ou convenções 	Zona do controlo da descrição <ul style="list-style-type: none"> - Nota do arquivista - Data da descrição

- Data da descrição	
ODA II Parte – Autoridades arquivísticas Zona da identificação	Zona da identificação - Outras formas do nome

Quadro 1 – Comparação entre a ODA e os campos usados para a descrição da documentação no nível do fundo.

Como demonstrado no Quadro 1, muitos dos campos considerados como obrigatórios nas ODA não se encontram presentes nas folhas de descrição criadas no AHPL.

Na Zona da Identificação, todos os campos obrigatórios, nos níveis de fundo, série e documento, são contemplados nas folhas de descrição do AHPL. No campo referente à data, são registadas as datas extremas, uma vez que a descrição raramente desce ao nível do documento simples.

Na Zona do Contexto não está presente o campo do “Nome do produtor”, nem a “Fonte imediata de aquisição ou transferência”. Este último não é contemplado pelo AHPL, pois a sua informação de preenchimento encontra-se espelhada no campo “História custodial e arquivística”. O campo do “Nome do produtor” é essencial, pois identifica o organismo criador da documentação, elemento chave na compreensão do contexto de criação dos documentos. É ainda este campo que estabelece a ligação entre a descrição da documentação e a descrição das autoridades arquivísticas.

Na zona do Conteúdo e Estrutura, os elementos ligados à integração, eliminação ou selecção de documentação não constam, pois os acervos das paróquias, não foram alvo de ingressos adicionais ou de qualquer tipo de avaliação ou selecção.

Na Zona das Condições de acesso os campos “Condições de acesso”, “Condições de reprodução” e “Instrumentos de descrição” não são contemplados pelo AHPL na descrição, pois não foram considerados relevantes.

Os restantes campos em falta pertencem à Zona da Documentação Associada e Zona do Controlo da Descrição, “Existência e localização dos originais” e “Regras ou convenções”, respectivamente, também por não serem considerados relevantes.

Para a série Processos de Casamento, a descrição não é feita de acordo com a ODA ou com qualquer outra norma de descrição arquivística. Esta parece não obedecer a qualquer norma de descrição arquivística, sendo bastante personalizada e construída com intuito de descrever um tipo específico de documentação, não podendo ser aplicada a documentação com outras características. Os campos contemplados nas folhas de

descrição desta série são: “Número do processo”, “Nome do nubente”, “Nome da nubente”, “Paróquia onde se instruiu o processo”, “Data *nihil obstat*”, “Paróquia do casamento”, “Observações” e “Unidade de instalação”.

Através desta breve análise pode verificar-se que faltam, nas descrições elaboradas pelo AHPL, elementos considerados essenciais, pela norma adoptada, para efectuar uma representação detalhada e fidedigna dos documentos. É possível concluir também que as ODA não são aplicadas a todos os conjuntos documentais, levando a que haja diferentes tipos de descrições arquivísticas.

III.2.3 - Serviço de consulta

O serviço de consulta no AHPL funciona mediante marcação prévia da visita por parte do utilizador. Este pode efectuar a marcação através de contacto telefónico, e-mail ou fax. Deste modo, o AHPL pode limitar o número de utilizadores possibilitando a prestação de um serviço mais personalizado e dedicado ao visitante. A necessidade de marcação prévia prende-se também com o facto de o número de lugares na sala de leitura ser limitado, permitindo apenas cerca de seis utilizadores de cada vez.

Os contactos para a marcação podem ser consultados no *website* do Patriarcado de Lisboa⁸⁸, pois o AHPL não possui *website* próprio. Esta situação leva a que os utilizadores tenham de recorrer à consulta presencial sempre que queiram pesquisar no acervo do arquivo.

A sala de leitura não dispõe de computadores que possam permitir a pesquisa da documentação ou a consulta de IDD em formato digital. Assim, a consulta dos IDD e consequentemente a pesquisa da documentação têm de ser efectuadas presencialmente nas instalações do AHPL.

III.3 - Estudo dos utilizadores

Segundo André Lucas [et.al.] um estudo de utilizadores é “uma investigação feita para identificar e caracterizar os interesses, as necessidades e os hábitos de uso de informação dos usuários reais ou potenciais de um sistema de informação”.⁸⁹

⁸⁸ PATRIARCADO DE LISBOA. [Em linha], [consultado em 15-08-2010]. Disponível em WWW: <URL <http://www.patriarcadolisboa.pt>>

⁸⁹ LUCAS, André – **Estudo de usuário como estratégia para gestão da informação e do conhecimento: um estudo de caso**. [Em linha] [consultado em 09-10-2010] Disponível em WWW <URL dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2684253&orden=0>

A definição do perfil do utilizador reveste-se de importância neste relatório, pois permite identificar necessidades e interesses que poderão potenciar o uso do instrumento a realizar. A identificação dos temas de estudo e da documentação mais consultada ajudará na definição da informação a disponibilizar no IDD em construção.

A metodologia pensada para a realização deste estudo centrava-se no uso das fichas de registo, quer dos investigadores, quer das requisições efectuadas. Todavia, no AHPL as fichas de identificação do leitor, apenas registam o nome, a profissão, contacto telefónico e a sua morada, não tendo qualquer informação acerca das habilitações ou tema de investigação. Do mesmo modo, as fichas de requisição existentes, que registam o documento requisitado, o nome e a data, não são usadas.

Assim, houve necessidade de reestruturar a metodologia, uma vez que as fichas não seriam úteis. Efectuou-se então uma reunião com a responsável pelo serviço de referência, que através dos seus apontamentos pessoais, pôde fornecer alguma informação útil a esta análise.

O AHPL possui utilizadores de dois tipos, internos e externos. Os internos correspondem a outros serviços do Patriarcado de Lisboa que necessitam de consultar documentação à guarda do arquivo histórico, como processos de casamento ou registos de baptismo. Os utilizadores externos são, na sua maioria, alunos de mestrado ou doutoramento, que requerem a documentação para a realização dos seus trabalhos. A par destes, existe também outro tipo de utilizadores, que não se encontram a realizar nenhum trabalho académico, procuram o AHPL no sentido de pesquisar informações acerca da sua genealogia ou terra natal.

A diversidade do público que frequenta o AHPL leva a que as necessidades de assistência na pesquisa sejam também diferenciadas. Se, para um aluno de mestrado ou doutoramento, existe a necessidade da disponibilização de dados actualizados e informação acerca de documentação complementar existente em outras instituições, para um utilizador sem os conhecimentos base de investigação haverá a necessidade de um maior acompanhamento, no sentido da percepção dos seus interesses de pesquisa, bem como da documentação que lhe poderá fornecer a informação que pretende.

A reunião efectuada com a responsável pelo serviço de referência possibilitou também a percepção dos temas mais abordados pelos investigadores no AHPL:

- Ourivesaria e ourives lisboetas;

- Ceramistas lisboetas;
- Pintura e pintores em Lisboa;
- Lei da separação da Igreja – Estado;
- Festas religiosas;
- Irmandades;
- Igrejas e capelas de Lisboa;
- Biografias de capelães ou irmãos;
- População de Lisboa no século XVI;
- Colegiadas;
- Igrejas destruídas com o terramoto 1755;
- Comportamentos sociais;
- Propriedades da igreja;
- Estudos da cidade ou freguesias de Lisboa;
- Custo de vida na cidade de Lisboa no século XVII;

Através da mesma reunião foi possível saber qual a documentação mais consultada pelos utilizadores externos.

A documentação com maior procura são os Róis de Confessados, que contêm informação, não só das profissões dos residentes que recebiam os sacramentos, mas também do número de pessoas que residia em cada casa (com excepção das crianças até aos 12 anos). Segue-se a consulta dos decretos, provisões, pastorais e licenças, que permite estudar como foi implantada a Lei da separação da Igreja do Estado, mas também a realização de festas e romarias, bem como o funcionamento das instituições religiosas. Aparecem em último lugar os contratos (aforamento, arrendamento) e livros de receita e despesa.

Os estudos do perfil e necessidades do utilizador de um arquivo são de extrema importância, pois permitem focalizar a instituição na satisfação das necessidades dos seus utentes. A plena satisfação dos investigadores e a aposta num serviço qualidade

devem ser um dos objectivos principais da instituição. Todavia, os estudos e análises produzidos são poucos e, na sua maioria, aplicados a casos específicos⁹⁰ e mais abundantes na área de Biblioteconomia.

Hoje em dia, são os utilizadores que impõem significado à informação que recolhem. O uso da informação adequando-a ao perfil do utilizador deixa de fazer sentido, pois este mesmo uso é situacional⁹¹, uma vez que o indivíduo é influenciado por diversos factores, que levam a que as suas necessidades de informação mudem frequentemente. A esta situação acresce o facto de já se encontrar contestada a premissa de que uma maior quantidade de informação disponibilizada pode cobrir mais amplamente as necessidades dos utilizadores, pois informação em excesso reduz o interesse e curiosidade do investigador⁹².

Dado a constante mutação nos interesses e necessidades de informação verificada nos investigadores, mas também o leque alargado de temas de estudo pesquisados pelos utilizadores do AHPL, foi possível concluir que o IDD deveria evidenciar as potencialidades de estudo da documentação que representa e não adaptá-la às necessidades actuais dos investigadores.

Esta óptica permite potenciar a documentação das paróquias de Santo Estêvão e São Miguel abrindo-a a novas perspectivas de investigação, pois “muitos utilizadores não têm a perfeita noção das suas necessidades de informação, senão quando recebem essa informação”.⁹³

⁹⁰ FIGUEIREDO, Nice Menezes de – **Estudos de usuários como suporte ao planeamento e avaliação de informação** [Em linha], p.127. [consultado em 20-12-2010] Disponível em WWW: <URL <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1438/1056>>

⁹¹ CHOO, Chun Wei – “Como ficamos sabendo – um modelo de uso da informação”. 2003 *Cit. in*. COSTA, Luciana Ferreira da, SILVA, Alan Curcino Pedreira da, RAMALHO, Francisca Arruda – “(Re)visitando os estudos de usuário: entre “tradição” e o “alternativo”. *in DataGramaZero*, vol. 10, n.º 4, 2009.

⁹² Figueiredo, Nice Menezes de ..., p. 127.

⁹³ Figueiredo, Nice Menezes de ..., p.133.

Capítulo IV - Proposta de Instrumento de Descrição Documental

IV.1 - Construção do Instrumento de Descrição Documental

A concepção de um Instrumento de Descrição Documental constitui um importante papel na última fase de tratamento de um arquivo, a sua difusão. Já espelhada no Código de Ética dos Profissionais da Informação, no ponto 1.4, se encontra a responsabilidade de “Efectuar o tratamento de toda a informação por forma a facilitar o acesso à mesma”⁹⁴. É este, pois, o derradeiro objectivo do profissional da informação, a comunicação da informação que tem à sua guarda.

A proposta de IDD apresentada seguiu dois critérios essenciais. O primeiro baseia-se no respeito pela norma ISAD (G), consubstanciada na norma adoptada pela instituição de acolhimento deste estágio. No modelo construído constam os elementos das ODA de carácter obrigatório, considerados relevantes para o investigador, mas também outros, que não sendo de carácter obrigatório, transmitem informação considerada pertinente acerca da documentação.

O segundo critério centra-se no respeito pelas práticas de descrição do AHPL, mantendo, por isso, os níveis de descrição adoptados pela instituição, bem como as designações dadas às unidades arquivísticas.

As políticas de descrição e apresentação da informação seguidas pelo AHPL formaram a base do IDD apresentado e têm necessariamente de ocupar um lugar relevante na construção deste instrumento, pois ele foi concebido no âmbito desta instituição.

O IDD apresentado é feito para suporte de papel, uma vez que o AHPL não reúne as condições necessárias à realização de um modelo de carácter digital aos seus investigadores.

Embora se tenha tido em conta as práticas de descrição do AHPL, foi sentida a necessidade de acrescentar campos de descrição que, embora, obrigatórios, não constavam nas descrições feitas. Assim, de acordo com o primeiro critério adoptado, todos os campos de carácter obrigatório, que não constavam, foram acrescentados, com excepção daqueles que foi impossível preencher com dados correctos e fiáveis.

⁹⁴CÓDIGO DE ÉTICA PARA OS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO. [Em linha] [consultado em 12-10-2010]. Disponível em WWW: <URL http://www.apbad.pt/downloads/codigo_etica.pdf>

A construção do modelo proposto teve como base as descrições já efectuadas pelo AHPL, no âmbito da concretização do projecto de Organização e Difusão dos Arquivos Paroquiais de Santo Estêvão e São Miguel. O IDD parte de uma crítica ao trabalho já efectuado no AHPL, propondo uma forma de apresentação dos elementos de informação, a adição de elementos em falta, mas também a criação de pontos de acesso à documentação, através da elaboração de índices.

Estas descrições focam, sobretudo, dois níveis arquivísticos, o fundo e a série, como definido no AHPL aquando do início do tratamento desta documentação. No entanto, algumas vezes a descrição desce à sub-série, à unidade de instalação e até ao documento.

Esta consideração dos níveis inferiores à série resulta de uma prática interna adoptada pela instituição. Sempre que a informação ao nível da unidade de instalação ou mesmo do documento for considerada relevante para a própria instituição ou para os seus utilizadores, deve constar na descrição. A título de exemplo, pode considerar-se a série “Compromissos e Estatutos”, constituída por livros onde é determinado o modelo de administração de cada Irmandade ou Confraria. Cada um destes livros, pertencente sempre à mesma Irmandade, regista mudanças importantes na vida destas instituições, importando por isso serem descritos individualmente.

O facto das descrições do AHPL não serem uniformes no que toca ao nível de representação das unidades arquivísticas coloca um problema de definição da tipologia do instrumento apresentado em anexo.

A classificação dada por Fernanda Ribeiro na sua dissertação de doutoramento⁹⁵ a este tipo de instrumentos considera três níveis de profundidade. Um primeiro nível sumário, onde apenas são considerados os níveis de fundo, secção e sub-secção. Um segundo, profundo, que considera a série e o documento, mas apenas quando este aparece isolado, em que “A análise pode descer até à enumeração das unidades de instalação (maços, caixas, etc.) que constituem as séries, mas não até aos documentos ou aos actos informacionais individualmente a não ser nos casos em que estes se apresentam isolados”⁹⁶. E, um último nível, exaustivo, onde é privilegiado o documento, “neste 3º

⁹⁵ RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes – O acesso à informação nos arquivos: Porto: Faculdade de Letras do Porto. 1998. Tese de doutoramento, p. 33.

⁹⁶ RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes – ... p.34.

nível a análise deve centrar-se nos documentos e nos actos informacionais que compõem as séries”⁹⁷

A cada um dos níveis desta classificação pertence um dos instrumentos, o guia para o primeiro nível, o inventário para o segundo e o catálogo para o terceiro.

Perante esta classificação e, tendo em conta a natureza das descrições apresentadas pelo AHPL, podemos concluir que o instrumento apresentado se constitui como um híbrido entre o segundo e terceiro níveis, embora aproximando-se mais do último nível, pois embora contenha descrições ao nível da série existem também descrições ao nível do documento.

O documento emitido pelo Conselho Internacional de Arquivos intitulado *Orientações para a Preparação e Apresentação de Instrumentos de Descrição*⁹⁸, elaborado no âmbito do Comité sobre os Instrumentos de Descrição, institui igualmente três classes no que toca aos níveis de descrição incluídos em cada IDD. A Classe A, para instrumentos que apenas descrevem o nível do fundo; classe B para aqueles que cobrem os níveis arquivísticos até ao processo e classe C, referente a documentos que incluam descrição de documentos. Esta última classe divide-se em duas, sendo a primeira respeitante ao tratamento de “Instrumentos de descrição que incluem todos os níveis, do fundo à peça/documento”⁹⁹ (Classe C1) e a segunda (Classe C2) referente à descrição de documentos enquanto entidades singulares, não sendo incluída informação acerca do seu contexto hierárquico.

Segundo esta classificação, o IDD apresentado integra-se na classe C1 podendo ser classificado como um inventário analítico¹⁰⁰, uma vez que não contém apenas informação a nível da série, mas também ao nível do documento, inserido no seu contexto hierárquico.

A apresentação da informação no IDD segue também as orientações do Conselho Internacional de Arquivos, espelhadas no documento anteriormente citado. Assim, este procura expor de forma clara a hierarquia das unidades de descrição e os níveis de descrição a que se refere, através da colocação do campo “Nível de descrição” como

⁹⁷ RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes – ... p.34, 35.

⁹⁸ COMITÉ DE NORMAS DE DESCRIÇÃO. Conselho Internacional de Arquivos – **Orientações para a preparação e apresentação de Instrumentos de Descrição**

⁹⁹ COMITÉ DE NORMAS DE DESCRIÇÃO. ..., p. 5.

¹⁰⁰ COMITÉ DE NORMAS DE DESCRIÇÃO. ..., p. 5.

primeiro elemento de apresentação da informação, seguindo depois a ordem apresentada na norma adoptada, ordem que é a mesma que consta nas descrições do AHPL.

A proposta de IDD começa por apresentar elementos base de identificação da unidade arquivística, seja ela o fundo, a série, a sub-série, colecção ou o documento, passando ao seu contexto, conteúdo e estrutura, condições de acesso e utilização, documentação associada e notas.

O tipo de descrição apresentada, a descrição multinível, proporciona uma visão detalhada da unidade arquivística, mas também do seu contexto de produção.

No nível fundo, as descrições do AHPL, não aplicam na sua totalidade a norma, uma vez que vários campos designados como obrigatórios, não constam nas mesmas. O seguinte quadro mostra os elementos considerados a nível do fundo nas descrições do AHPL e os campos acrescentados no IDD elaborado:

Zonas	Campos do nível do fundo nas descrições do AHPL	Campos adicionados
Zona de Identificação	<ul style="list-style-type: none">• Código de referência• Título• Datas extremas• Nível de descrição• Dimensão e suporte	
Zona do Contexto	<ul style="list-style-type: none">• História administrativa/biográfica¹⁰¹• História custodial	<ul style="list-style-type: none">• Nome do produtor• Fonte imediata de aquisição ou transferência
Zona do Conteúdo e Estrutura	<ul style="list-style-type: none">• Âmbito e conteúdo	
Zona das Condições de Acesso e Utilização	<ul style="list-style-type: none">• Idioma• Características físicas e requisitos	

¹⁰¹ Este campo apenas está presente no nível fundo respeitante à Colegiada de Santo Estêvão.

	técnicos	
Zona da Documentação Associada	<ul style="list-style-type: none"> • Unidades de descrição relacionadas • Nota de publicação 	
Zona das Notas	<ul style="list-style-type: none"> • Notas 	
Zona do controlo da descrição	<ul style="list-style-type: none"> • Nota do arquivista • Data da descrição 	<ul style="list-style-type: none"> • Regras ou convenções

Quadro 2- Campos da ODA presentes, no nível do fundo, nas descrições do AHPL e campos adicionados no modelo de IDD apresentado.

No modelo apresentado todos os campos da Zona da Identificação são contemplados, à semelhança das descrições elaboradas no AHPL.

O campo “Idioma” consta no IDD a nível do fundo e, sempre que seja diferente do registo neste nível de modo a evitar a redundância, como aconselhado no princípio da “Não repetição da informação” referido na norma ISAD (G)¹⁰².

O campo “Características físicas e requisitos técnicos” consta no IDD, sempre que haja informação nas descrições concernentes a este campo, em qualquer dos níveis de descrição.

Os campos “História administrativa”, “Unidades de descrição relacionadas” e “Nota de publicação” embora opcionais foram incluídos, pois registam informação importante para o investigador, uma vez que lhe fornecem dados adicionais acerca da história do produtor do conjunto documental em presença, bem como de outra documentação com ele relacionada.

Como já referido, embora não constem das descrições originais, foram acrescentados os campos que a norma considera obrigatórios, não apenas porque a própria o dita, mas também porque constituem uma mais-valia para o utilizador, uma vez que este poderá aceder a informação mais completa acerca da documentação em questão, bem como a formas do seu tratamento. Assim, os campos adicionados foram “Nome do produtor”, “Fonte imediata de aquisição ou transferência” (Zona do Contexto) e “Regras ou

¹⁰² ISAD (G). 2002, Descrição arquivística - Norma geral internacional de descrição arquivística, 2ª edição. Lisboa: Torre do Tombo, p.17.

convenções” (Zona do Controlo da Descrição). Este campo foi acrescentado por trazer ao investigador o conhecimento da base de construção do instrumento que este se encontra a manusear.

Os restantes campos desta Zona (“Nota do arquivista” e “Data da descrição”) não são considerados, por não conterem informação relevante para o investigador.

O campo “Sistemas de organização” na Zona do Conteúdo e Estrutura não foi contemplado por não existir informação que permita o seu preenchimento, pois não foi possível reconstruir o sistema de organização original dado a estes acervos. O actual sistema de classificação actual consta já do IDD, antes dos elementos descritivos, pelo que não foi repetido. O campo “Instrumentos de descrição” da Zona de Condições de Acesso e Utilização não consta, por ainda não haver um instrumento que permita o acesso a esta documentação. As instruções das ODA referem que quando não existe um instrumento de descrição documental se pode preencher com o quadro de classificação ou guias de remessa, pois estes também se constituem como ponto de acesso¹⁰³. Assim, a opção pela não inclusão deste campo prende-se com o facto, já referido em cima, do quadro de classificação estar já presente.

Nos níveis da série, sub-série, unidade de instalação e documento os campos considerados para o IDD são:

Zona da Identificação	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de descrição • Código de referência • Título • Datas extremas • Dimensão e suporte
Zona do Conteúdo e Estrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Âmbito e conteúdo
Zona das Condições de Acesso e Utilização	<ul style="list-style-type: none"> • Idioma • Características físicas e requisitos técnicos

¹⁰³ ODA. 2007, Descrição arquivística - **Orientações para a Descrição Arquivística**, 2ª versão, Lisboa: Direcção Geral de Arquivos, Programa de normalização da descrição em arquivo, grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo, p. 108.

Zona da Documentação Associada	<ul style="list-style-type: none"> • Unidades de descrição relacionadas • Nota de publicação
Zona das Notas	<ul style="list-style-type: none"> • Notas

Quadro 3- Campos que constam no modelo de IDD apresentado, no nível de descrição da série.

Nestes níveis são contemplados os campos de carácter obrigatório segundo as ODA, mas também os considerados pelo AHPL.

Os campos opcionais “Âmbito e conteúdo” e “Notas” foram introduzidos, sempre que estejam preenchidos nas descrições do AHPL, pelo cariz relevante da informação que contêm para o utilizador.

O “Nome do produtor”, que é um campo obrigatório (se aplicável), na descrição de todos estes níveis, não consta, pois encontra-se já registado a nível do fundo.

Os campos “Unidades de descrição relacionadas” e “Notas de publicação”, ambos presentes na Zona da Documentação associada foram também incluídos nestes níveis, pois à semelhança dos campos opcionais anteriormente mencionados, estes últimos constituem-se como uma fonte valiosa de informação para o utilizador. O conhecimento de documentação que esteja associada à que se encontra a consultar, juntamente com informação acerca de publicações relacionadas com a mesma, constitui uma vantagem para o utilizador, pois o conhecimento destes dados pode ser relevante para a sua pesquisa.

O modelo de instrumento de descrição documental apresentado em anexo, não corresponde à totalidade da documentação transferida das paróquias de Santo Estêvão e São Miguel, por à data do estágio as descrições ainda se encontrarem em processo de revisão e correcção. Assim, apenas se apresentam os fundos já corrigidos, a saber, *Irmandade de Santo António, Irmandade dos Fiéis de Deus, Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, Irmandade do Senhor Jesus dos Remédios, São Miguel e Almas e Colegiada de Santo Estêvão de Alfama*.

IV.2 - Construção dos Índices

Os índices remissivos construídos para efeitos de pesquisa no inventário analítico são de dois tipos: o onomástico e o ideográfico. Estes são uma importante ferramenta na construção de instrumentos de descrição documental, pois é através deles que o

utilizador poderá pesquisar os conteúdos presentes nos documentos. Acresce à importância destas ferramentas o facto de auxiliarem a introdução dos dados relativos à descrição, promovendo a sua normalização.

Os critérios seguidos para a construção destes índices basearam-se não apenas na norma NP 3715¹⁰⁴ mas também na informação fornecida pelas descrições do AHPL.

Se no início se considerou utilizar o estudo referente aos utilizadores como base da construção desta ferramenta, esta opção foi abandonada, aquando da realização desse mesmo estudo. Verificou-se que o uso da informação é situacional, pois os investigadores são influenciados por vários factores que determinam as suas necessidades de informação. Por isso, os pontos de acesso criados tiveram em conta os documentos e a informação neles contida e não os temas actualmente estudados pelos investigadores do AHPL.

A identificação e recolha dos conteúdos presentes na documentação compreendeu duas fases. A primeira consistiu na análise, não do documento em si como recomenda a NP 3715¹⁰⁵, mas da informação contida nas folhas de descrições do AHPL, uma vez que o curto espaço de tempo de duração deste estágio não permitiu a leitura exaustiva da documentação. Assim, foi dada especial atenção aos campos que contêm informação importante acerca dos conteúdos presentes¹⁰⁶, como o campo do “Título” e “Âmbito e conteúdo”. Estes campos não só estão presentes em todos os níveis da descrição, como também são aqueles que contêm mais informação acerca do conteúdo de todas as unidades arquivísticas em presença no IDD.

A segunda etapa centrou-se na identificação e selecção dos conceitos e correspondentes descritores que representam os conteúdos e, por fim, a representação desses mesmos conceitos em dois índices remissivos, um ideográfico, outro onomástico.

Foram ainda contemplados termos não preferenciais, que estabelecendo uma relação de equivalência com os termos preferenciais, têm o objectivo de orientar a pesquisa do utilizador, na medida em que procuram evitar a criação de ruído na pesquisa, isto é, não permitem que um mesmo conteúdo tenha duas entradas pesquisáveis num mesmo índice.

¹⁰⁴ NP 3715. 1989, Documentação – **Método para análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação**, Lisboa: Instituto Português da Qualidade.

¹⁰⁵ NP 3715. 1989 ... p.4.

¹⁰⁶ NP 3715. 1989... p.5.

Os termos dos índices inscrevem-se em oito categorias: documentos (como exemplo, acta ou procuração), actividades (confirmação ou nomeação), entidades (Irmandade do Santíssimo Sacramento ou Colegiada de Santo Estêvão), objectos (reliquia) e edifícios e estruturas (capela ou igreja), impostos (décima ou foro), profissões e ocupações (cirieiro ou tabelião) e entidades (Capela ou Mesa). Deste modo, os descritores presentes contemplam um leque alargado de temas, o que possibilita várias opções de pesquisa que servirão não apenas aqueles que procuram um estudo do universo religioso, mas também a quem pretenda efectuar outro tipo de investigações, como estudos demográficos ou arquitectónicos da cidade de Lisboa.

O critério geográfico para pesquisa não foi tido em conta, pois no curto espaço de duração do estágio não foi possível fazer o levantamento topográfico da documentação. As descrições usadas como base para a construção deste também não contemplam esta área em pormenor.

Embora a documentação apenas se refira à cidade de Lisboa, sobretudo a sua antiga circunscrição oriental, seria interessante fazer o levantamento à escala da rua ou bairro, pois certamente beneficiaria o IDD.

Sempre que possível, foram escolhidos termos simples para integrar o índice, que possam ocorrer facilmente à mente do utilizador, não apenas dos investigadores académicos especialistas, mas também daqueles que não tendo um conhecimento profundo, se interessem por estes temas. Todavia, estão também presentes termos compostos, alguns necessitando de um distintivo ou de um qualificador. O uso de distintivos e qualificadores prende-se com o facto de ser necessário a clarificação de alguns conceitos homógrafos presentes no universo religioso, como “Igreja”, termo que pode ser entendido como a instituição, o conjunto de fiéis de uma religião, ou o edifício, construção onde os fiéis se dedicam ao culto.

De acordo com a norma, “ os conceitos devem ser identificados do modo mais específico possível”¹⁰⁷. Assim, os termos específicos respeitantes aos cargos e hierarquia da Igreja Católica foram também contemplados, sempre que presentes nas

¹⁰⁷ NP 3715. 1989, Documentação – **Método para análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação.**, Lisboa: Instituto Português da Qualidade, p.7.

descrições. A importância da manutenção desta especificidade prende-se com o facto de uma parte dos utentes do A.H.P.L. procurar factos acerca da vida de homens que se distinguiram ou que ocuparam cargos relevantes dentro da instituição.

No índice onomástico, as datas de nascimento e morte não constam, pois embora sendo possível determinar o ano da morte dos irmãos de cada Irmandade, bem como o do nascimento e morte de outras entidades contempladas, o curto espaço de duração do estágio não permitiu a realização dessa pesquisa, que pressupunha o estudo dos livros de assentos de irmãos de cada Irmandade representada neste IDD. Todavia, para uma aproximação cronológica do tempo de vida de cada personagem pesquisável é possível consultar as datas extremas do fundo, série, unidade de instalação ou documento que para ele remete.

Por fim, a pesquisa feita em ambos os índices é feita através do seu código de referência. A pesquisa pelo código de referência, ao invés da página, permite que independentemente do modelo de edição, a informação constante seja sempre recuperada.

Conclusão

Para a concepção do modelo de instrumento de descrição documental apresentado foi necessário conhecer o funcionamento interno do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, compreender o que esta instituição poderia oferecer aos seus utilizadores, bem como a melhor maneira de o fazer.

Foi necessário não apenas fazer a análise da documentação sobre a qual incidiu o inventário, mas também entender o modo como os utilizadores iriam ter acesso a ela. Assim, foi possível concluir que o AHPL ainda se debate com dificuldades que não serão estranhas a muitas instituições detentoras de arquivos em Portugal. A falta de recursos, financeiros e humanos, condiciona o tratamento da documentação que inevitavelmente se acaba por acumular, sem o tratamento arquivístico adequado.

As análises efectuadas no âmbito do estágio realizado mostram algumas lacunas no tratamento arquivístico da documentação, sobretudo a nível da normalização das práticas de descrição. A descrição da documentação no AHPL ainda não é realizada de forma uniforme com base numa norma, embora sejam usadas as ODA na maioria das descrições efectuadas. Existe também a necessidade de elaboração de um vocabulário controlado, de modo a uniformizar o preenchimento dos campos de descrição, facilitando a pesquisa.

Ao longo do estágio foi ainda possível identificar o problema da falta de meios das próprias paróquias no que toca ao tratamento e preservação da sua documentação.

A primeira lacuna que se revela, quando se entra no domínio do tratamento de arquivos privados, nomeadamente de arquivos paroquiais, é a falta de uma sensibilização para a necessidade de conservação do património arquivístico. A documentação é muitas vezes deixada dentro de armários, mal acondicionada, sem qualquer cuidado de conservação. Assim, torna-se necessário a organização de acções de sensibilização tendo em vista o correcto tratamento e preservação deste património.

Apesar de existirem recomendações de vários órgãos da Igreja Católica, como a carta “A função pastoral dos arquivos eclesiais” da Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja¹⁰⁸ ou até o próprio Código do Direito Canónico¹⁰⁹, muitas paróquias/

¹⁰⁸ COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA, **A Função Pastoral dos Arquivos Eclesiais**, [Em linha] Roma, 2 Fevereiro 1997, [consultado em 20-04-2010] Disponível em WWW: <URL <http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/bensculturais/arquivos.pdf>>

párocos não possuem conhecimentos básicos ou os meios necessários ao tratamento dos seus arquivos.

A solução adoptada pelo AHPL de receber a seu cargo arquivos menores poderá constituir-se como um ponto de partida para a divulgação da importância dos arquivos na história, funcionamento das instituições e, consequentemente, para a necessidade da sua conservação.

¹⁰⁹ CÓDIGO DO DIREITO CANÓNICO, livro II, Secção II título III, capítulo II, Art.2, cânone 486§1, 25 Janeiro 1983.

Bibliografia

- ALMEIDA, Fortunato - **História da Igreja em Portugal 1967 - 1971**, Barcelos: Editora Portucalense, [s.d.].
- ALVES, Ivone (et al.) – **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.
- AZEVEDO, Carlos A. M. (dir.), **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa, 2000.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO PATRIARCADO DE LISBOA – Projecto de organização e difusão dos Arquivos das Paróquias de Santo Estêvão e São Miguel de Alfama, Lisboa – Candidatura apresentada à Fundação Calouste Gulbenkian. Acessível no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa.
- CASTRO, Maria da Conceição Cyrne, **Arquivo Histórico da Paróquia de Nossa Senhora da Purificação de Oeiras, Inventário**, Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CÓDIGO ADMINISTRATIVO DE 1842. [Em linha], [consultado em: 12-08-2010] Disponível em WWW: <URL <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1123.pdf> >
- CÓDIGO DO DIREITO CANÓNICO, versão castelhana, 25 Janeiro de 1983. [Em linha] [consultado em 12-10-2010] Disponível em WWW: <URL <http://www.vatican.va/archive/ESL0020/INDEX.HTM>.>
- CÓDIGO DE ÉTICA PARA OS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO. [Em linha] [consultado em 12-10-2010]. Disponível em WWW: <URL http://www.apbad.pt/downloads/codigo_etica.pdf.>
- COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA, **A Função Pastoral dos Arquivos Eclesiásticos**, [Em linha] Roma, 2 Fevereiro 1997, [consultado em 20-04-2010] Disponível em WWW: <URL <http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/bensculturais/arquivos.pdf>>
- COMITÉ DE NORMAS DE DESCRIÇÃO. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – **Orientações para a preparação e apresentação de Instrumentos de Descrição**.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – “Statement of Principles Regarding Archival Description” in **Archivaria**, nº34, 1992, pp.8-16.
- COSTA, Avelino de Jesus da, “Princípios gerais da elaboração de instrumentos de trabalho em Arquivologia: arquivos públicos e arquivos eclesásticos”.in **Actas do I Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas Portugueses**, Coimbra, 1966.
- COSTA, Luciana Ferreira da, SILVA, Alan Curcino Pedreira da, RAMALHO, Francisca Arruda – “(Re)visitando os estudos de usuário: entre “tradição” e o “alternativo””. In **DataGramaZero**, vol. 10, n.º 4, 2009.
- COSTA, Júlia (coord.) – **Inventário de Timor**, Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2003.

- **Decreto da instituição do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa**, de 23 de Setembro de 1993.
- DIÁRIO DO GOVERNO: Decreto de 18 de Julho de 1835. [Em linha] [consultado em 09-12-2011], disponível em WWW <URL <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1803.pdf>>
- DIÁRIO DO GOVERNO: Decreto de 6 de Julho de 1836. [Em linha] [consultado em 09-12-2011], disponível em WWW:< URL <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1811.pdf>>
- DIRECÇÃO DO CEHR, “Relatório de actividades do CEHR-2004” *in Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*. Universidade Católica Portuguesa, 2ª série, tomo XVII, 2005, pp.509-517.
- DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS – **Rede Portuguesa de Arquivos: fundamentos para o seu desenvolvimento e gestão, módulo 1: modelo conceptual**, Lisboa, 2008.
- DUCHEIN, Michel, “Theoretical Principles and Practical Problems of Respect des fonds in Archival Science”. *In Archivaria*, 1983, pp 64-82.
- DURANTI, Luciana – “Origin and Development of the Concept of Archival Decripcion » *In Archivaria*, nº 35, 1993.
- FIGUEIREDO, Nice Menezes de – **Estudos de usuários como suporte ao planejamento e avaliação de informação** [Em linha]. [consultado em 20-12-2010] Disponível em WWW: <URL <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1438/1056>>
- HEREDIA, Antónia Herrera - **Archivística general. Teoria y Práctica**, Sevilha: Servicio de publicaciones de la diputación de Sevilla. 1995.
- IAN/TT, PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – **Codificação do nome dos municípios e das freguesias**, 3ª versão, Abril 2006.
- *ISAD (G)*. 2002, Descrição arquivística - **Norma geral internacional de descrição arquivística**, 2ªedição. Lisboa: Torre do Tombo.
- ISO 3166. 1988 - **Normas geográficas para codificar nomes de países**, 3ª edição.
- *ISAAR (CPF)*. 2004, Descrição arquivística - **Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias**, 2ª edição, Lisboa: Direcção Geral de Arquivos, Programa de normalização da descrição em arquivo, grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo.
- LIMA, Tomás Machado – **Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa**. Lusitânia Sacra. 2ª Série, 5,1993.
- LOPEZ, André Porto Ancona – **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**, colecção Como fazer, vol. 6, São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

- LUCAS, André – **Estudo de usuário como estratégia para gestão da informação e do conhecimento: um estudo de caso.** [Em linha] [consultado em 09-10-2010] Disponível em WWW <URL dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2684253&orden=0>
- MARIZ, José, ed. lit., **Inventário colectivo dos registos paroquiais / Inventário do Património Cultural Móvel**, 1o v.: Centro e Sul. - XXIII, Lisboa: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1993-1994.
- MENDES, Maria Teresa Pinto e SIMÕES, Maria da Graça – **Indexação por assuntos: princípios gerais e normas.** Lisboa: Gabinete de Estudos a & b, 2002.
- NP 405-1. 1994, Documentação – **Norma Portuguesa de Informação e Documentação. Referências bibliográficas. Parte 1.** Lisboa: Instituto Português de Qualidade.
- NP 3715. 1989, Documentação – **Método para análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação.** Lisboa: Instituto Português de Qualidade.
- NP 4036. 1992, Documentação – **Tesaurus monolingues: directivas para a sua construção e desenvolvimento.** Lisboa: Instituto Português de Qualidade.
- ODA. 2007, Descrição arquivística - **Orientações para a Descrição Arquivística**, 2ª versão, Lisboa: Direcção Geral de Arquivos, Programa de normalização da descrição em arquivo, grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo.
- PATRIARCADO DE LISBOA [Em linha]. [consultado em: 15-08-2010]
Disponível em WWW: <URL <http://www.patriarcadolisboa.pt/historia> >
- PATRIARCADO DE LISBOA, Regulamento do Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa. [Em linha]. [consultado em: 15-08-2010] Disponível em WWW:
< URL http://www.patriarcadolisboa.pt/serviços/centro_cultural_patriarcado.doc>
- PEREIRA, Isaiás da Rosa – “Manuscritos da Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa”. in **Lumen**. Ano XXX, vol. XXX. Lisboa: União Gráfica. 1966, pp.465-472.
- PEREIRA, Isaiás da Rosa – “Inventário provisório do Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa”. in **Lusitânia Sacra**. Tomo IX. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 1970-1971, pp.311-385.
- PLANNIG COMMITTEE ON DESCRIPTIVE STANDARDS – **Rules for Archival Description**, edição revista. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists, 2008.
- RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes – **O acesso à informação nos arquivos.** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Oficina Gráfica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1998. Tese de doutoramento.
- RIBEIRO, Fernanda – “Organizar e representar a informação: apenas um meio para viabilizar o acesso?” in **Revista da Faculdade de Letras/Ciências e Técnicas do Património**. I Série, Vol. IV. Porto, 2005.

- RODRIGUES, Maria de Lurdes – **Inventário das Câmaras Municipais Extintas. Azueira, Carvoeira, Cheleiros, Enxara dos Cavaleiros, Ericeira e Gradil**, Mafra: Câmara Municipal de Mafra, Arquivo Histórico Municipal de Mafra, Instrumentos de Descrição Documental. 2008.
- ROSA, Maria Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (coord.) – **Arquivística e Arquivos Religiosos: Contributos para uma reflexão**, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa. 2000.
- RUNA, Lucília; SOUSA, Joana Braga – “Normalizar a descrição em arquivo: questionar, reflectir e aplicar” *in* **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**, número 002, Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2003, pp.80-108.
- SÁ, Vítor de, “A reforma administrativa liberal que precedeu Mousinho da Silveira”, [Em linha] *in* **Revista da Faculdade de Letras**, pp.201-126. [consultado em 12-02-2011], disponível em WWW:< URL <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1950.pdf>>
- VIEIRA, João – **Noções Fundamentais Sobre Arquivos**. Lisboa, 2001.

Apêndice – Modelo de Instrumento de Descrição Documental

Irmandade de Santo António

Quadro de classificação

PT/AHPL/PLSB36/ISA Irmandade de Santo António (F)

PT/AHPL/PLSB36/ISA/01 Compromissos (Sr.)

Nível de Descrição	Fundo
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/ISA
Título	Irmandade de Santo António
Datas extremas	1898
Dimensão e Suporte	1 Livro
Nome do produtor	Irmandade de Santo António, Paróquia de Santo Estêvão, Lisboa
História Custodial	A documentação relativa à Irmandade de Santo António, propriedade da paróquia de Santo Estêvão de Alfama, encontra-se, a título de depósito, no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa. Para tal, a 18 de Maio de 2008, efectuou-se um contrato entre o P. Delmar Barreiros, representante da paróquia, e Ricardo Aniceto, representante do A.H.P.L.. Esta documentação foi tratada no âmbito do projecto de organização, classificação, descrição e difusão, apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.
Fonte imediata de aquisição ou transferência	Documentação transferida a título de depósito para o A.H.P.L.
Âmbito e Conteúdo	Integra um compromisso dos finais do século XIX.
Idioma	Português
Regras ou Convenções	ODA. 2007, Descrição arquivística - <u>Orientações para a Descrição Arquivística</u> , 2ª versão, Lisboa: Direcção Geral de Arquivos, Programa de normalização da descrição em arquivo, grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/ISA/01
Título	Compromissos
Datas extremas	1898
Dimensão e suporte	1 Livro
Âmbito e Conteúdo	Contém um compromisso.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/ISA/01/001
Título	Compromisso da Irmandade de Santo António.
Datas extremas	1898
Dimensão e suporte	1 Livro
Âmbito e Conteúdo	O compromisso compreende dezassete capítulos.
Características físicas e requisitos técnicos	O livro apresenta alguns fólios descosidos.
Unidades de descrição relacionadas	Inventário Artístico da Comissão de Arte Sacra do Patriarcado de Lisboa: dossier da igreja paroquial de Santo Estêvão, nº de ordem 121 a 122.

Irmandade dos Fiéis de Deus

Quadro de classificação

PT/AHPL/PLSB36/IFD **Irmandade dos Fiéis de Deus** (F)

PT/AHPL/PLSB36/IFD/01 Compromissos (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/IFD/02 Receita e despesa (Sr.)

Nível de Descrição	Fundo
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/IFD
Título	Irmandade dos Fiéis de Deus
Datas extremas	1571-1816

Dimensão e Suporte	3 Livros
Nome do produtor	Irmandade dos Fiéis de Deus, Paróquia de Santo Estêvão, Lisboa
História Custodial	A documentação relativa à Irmandade dos Fiéis de Deus, propriedade da paróquia de Santo Estêvão de Alfama, encontra-se, a título de depósito, no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa. Para tal, a 18 de Maio de 2008, efectuou-se um contrato entre o P. Delmar Barreiros, representante da paróquia, e Ricardo Aniceto, representante do A.H.P.L.. Esta documentação foi tratada no âmbito do projecto de organização, classificação, descrição e difusão, apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.
Fonte imediata de aquisição ou transferência	Documentação transferida a título de depósito para o A.H.P.L.
Âmbito e Conteúdo	Contém compromisso de 1571 e aprovação e confirmação por alvará de 1594 de D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa. Ao compromisso de 1571, que apresenta dezanove capítulos, foi-lhe acrescentado, já em 1607, quatro novos capítulos, correspondendo ao XX, XXI, XXII e XXIII. Existe ainda, sem numeração, um outro capítulo, que se juntou a estes (1618-10-07). Nele destaca-se a necessidade de reformar a Irmandade, para que não se extinga. Seguem-se duas actas (1618-12-23; 1816-12-01). A última estabelece novas jóias a pagar, determinando-se ficar revogado o que o compromisso menciona sobre este assunto. De referir também são dois livros de contabilidade; um de despesa (1727-1814) e um outro de receita (1727-1816).
Idioma	Português
Notas	A Irmandade começou por ser designada por Fiéis de Deus, conforme consta do frontispício do compromisso. Em 1594 o alvará de confirmação já a denomina de Mártir de Santo Estêvão. De entre os capítulos acrescentados em 1607, o XX versa sobre o modo a proceder

	relativamente àqueles, que tendo posses, não pagam à mesa; o XXI trata do enterramento de alguns destes irmãos endividados com a mesa; o XXII aborda as medidas a tomar para com os irmãos pobres que possuem dívidas e o XXIII incide sobre o enterramento dos familiares falecidos em casa de algum membro da Irmandade.
Regras ou Convenções	<i>ODA. 2007, Descrição arquivística - Orientações para a Descrição Arquivística, 2ª versão, Lisboa: Direcção Geral de Arquivos, Programa de normalização da descrição em arquivo, grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo.</i>

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/IFD/01
Título	Compromissos
Datas extremas	1571-1816
Dimensão e suporte	1 Livro
Âmbito e Conteúdo	Contém compromisso de 1571 e a confirmação destes estatutos por D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/IFD/01/001
Título	Compromisso da Irmandade dos Fiéis de Deus
Datas extremas	1571-1816
Dimensão e suporte	1 liv. (35 f.: 31f. ms. não num. + 4f. em branco, 291x203x18mm) papel); pergaminho e veludo.
Âmbito e Conteúdo	Contém a confirmação destes estatutos, em 1594, por D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa. Juntam-se cinco capítulos novos, quatro datados de 1607 e

	um de 1618. Incluem-se também duas actas (1618-12-23; 1816-12-1).
Características físicas e requisitos técnicos	Costura partida, folhas soltas e capa destacada.
Unidades de descrição relacionadas	Inventário Artístico da Comissão de Arte Sacra do Patriarcado de Lisboa: Dossier da Igreja paroquial de Santo Estêvão, nº de ordem 118 a 120.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/IFD/02
Título	Receita e Despesa
Datas extremas	1727-1816
Dimensão e suporte	2 Livros
Âmbito e Conteúdo	Contém dois livros; um de despesa e outro de receita.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/IFD/02/001
Título	Livro que serve da despesa da Irmandade do Proto-mártir Santo Estêvão.
Datas extremas	1727-1814
Dimensão e suporte	1 liv. (73 f.: 72 f. ms. num. + 1f. em branco, 295x223x10 mm); papel e pergaminho.
Âmbito e Conteúdo	Livro de registo da despesa anual que o tesoureiro da Irmandade administrou.
Características físicas e requisitos técnicos	Folhas soltas e capa destacada.
Notas	Despesas que o tesoureiro fez com a festa do Proto-mártir Santo Estêvão. De entre elas registam-se gastos com a música, com o pregador, com a limpeza da prata, com a cera para a festa, etc.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/IFD/02/002
Título	Livro que serve da receita da Irmandade do Proto- mártir Sto Estêvão
Datas extremas	1727-1816
Dimensão e suporte	1 liv. (119 f.: 114 f. ms. num + 5 f. em branco, 297x224x12 mm); papel e pergaminho.
Âmbito e Conteúdo	Livro de registo da receita anual que o tesoureiro da Irmandade administrou.
Características físicas e requisitos técnicos	Folhas soltas.

Irmandade do Senhor Jesus dos Remédios, São Miguel e Almas

Quadro de classificação

PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA **Irmandade do Senhor Jesus dos Remédios, São Miguel e Almas (F)**

PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/01 Compromissos (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/02 Receita e despesa (Sr.)

Nível de Descrição	Fundo
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA
Título	Irmandade do Senhor Jesus dos Remédios S. Miguel e Almas
Datas extremas	1701-1751
Dimensão e Suporte	2 Livros, 4 Capilhas
Nome do produtor	Irmandade do Senhor Jesus dos Remédios S. Miguel e Almas, Paróquia de Santo Estêvão, Lisboa
História Custodial	A documentação relativa à Irmandade do Senhor Jesus dos Remédios, S. Miguel e Almas, propriedade da paróquia de Santo Estêvão de Alfama, encontra-se, a título de depósito, no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa. Para tal, a 18 de Maio de 2008, efectuou-se um contrato

	entre o P. Delmar Barreiros, representante da paróquia, e Ricardo Aniceto, representante do A.H.P.L.. Esta documentação foi tratada no âmbito do projecto de organização, classificação, descrição e difusão, apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.
Fonte imediata de aquisição ou transferência	Documentação transferida a título de depósito para o A.H.P.L.
Âmbito e Conteúdo	Contém um compromisso reformado do séc. XVIII, um livro de despesa setecentista e documentos avulso, de receita e despesa, sem data.
Idioma	Português
Regras ou Convenções	<i>ODA. 2007, Descrição arquivística - Orientações para a Descrição Arquivística, 2ª versão, Lisboa: Direcção Geral de Arquivos, Programa de normalização da descrição em arquivo, grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo.</i>

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/01
Título	Compromissos
Datas extremas	1751-03-23- 1751-11-08
Dimensão e suporte	1 Livro
Âmbito e Conteúdo	Contém um compromisso reformado do séc. XVIII.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/01/001
Título	Compromisso da Irmandade do Senhor Jesus dos Remédios, S. Miguel e Almas da Paroquial de Santo Estêvão
Datas extremas	1751-03-23- 1751-11-08

Dimensão e suporte	1 liv. (51f.: 50 f. ms. não num. + 1 f. em branco, 280x216x20mm); papel e cartão.
Âmbito e Conteúdo	O compromisso apresenta vinte e oito capítulos. Começa com uma dedicatória e tem um índice. O manuscrito contém ainda uma certidão do tabelião de notas a atestar que lhe foi apresentado o compromisso da irmandade dos Fiéis de Deus, os traslados de um termo para reformar o compromisso e o da provisão de confirmação dos estatutos da referida irmandade, pelo arcebispo de Lisboa (1581-08-13 a provisão; 1731-07-15 o termo; 1751-03-23 os traslados); um termo de aceitação do compromisso reformado pelos irmãos da Mesa (1750-09-08); requerimento a solicitar a confirmação dos estatutos (1751) e uma provisão de confirmação do compromisso pelo patriarca D. Tomás de Almeida (1751-11-08).
Notas	O compromisso reformado de vinte e oito capítulos resultou da aceitação dos estatutos da irmandade dos Fiéis de Deus, de treze capítulos, confirmados pelo arcebispo de Lisboa, D. Jorge a 13 de Agosto de 1581.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/02
Título	Receita e Despesa
Datas extremas	1701-1729
Dimensão e suporte	1 Livro, 4 Capilhas
Âmbito e Conteúdo	Contém um livro de despesa, três listas de despesa e uma receita da Irmandade.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/02/001
Título	Livro da Despesa da Irmandade das

	Almas.
Datas extremas	1701-1729
Dimensão e suporte	1 liv. (55 f. ms. num., 302x220x15 mm); papel e pergaminho.
Notas	A paginação começa no número 21.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/02/002
Título	Despesas mundas das almas de Santo Estêvão.
Datas extremas	s.d.
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 303x217 mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/02/003
Título	Despesa com a Irmandade das Almas
Datas extremas	s.d.
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 303x217 mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/02/004
Título	Despesa da festa de São Miguel e Almas de Santo Estêvão.
Datas extremas	s.d.
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 303x217 mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
---------------------------	-----------

Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/02/005
Título	Receita da Irmandade das Almas de Santo Estêvão
Datas extremas	s.d.
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 303x217 mm); papel.

Irmandade de Nossa Senhora da Conceição

Quadro de classificação

PT/AHPL/PLSB36/INSC **Irmandade de Nossa Senhora da Conceição (F)**

PT/AHPL/PLSB36/INSC/01 Compromissos (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/INSC/02 Assentos de irmãos (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/INSC/03 Patentes de irmãos (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/INSC/04 Eleições da Mesa (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/INSC/05 Inventários (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/INSC/06 Correspondência (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/INSC/07 Certidões de missas (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/INSC/08 Escrituras e instituições de foreiros (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/INSC/09 Livros de receita e despesa (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/INSC/10 Relações de receita e despesa (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/INSC/11 Registo de receita de peditórios e esmolas (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/INSC/12 Recibos (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/INSC/13 Fragmentos de folhas de título de livros de receita e despesa (col.)

Nível de Descrição	Fundo
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC
Título	Irmandade de Nossa Senhora da Conceição
Datas extremas	1601- 1838
Dimensão e Suporte	14 Livros., 2 Maços., 25 Capilhas
Nome do produtor	Irmandade de Nossa Senhora da Conceição

História Custodial	A documentação relativa à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, propriedade da igreja, encontra-se a título de depósito no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa. Para tal, a 18 de Maio de 2008, efectuou-se um contrato entre o P. Delmar Barreiros, representante da paróquia, e Ricardo Aniceto, representante do A.H.P.L.. Esta documentação foi tratada no A.H.P.L., no âmbito do projecto de organização, classificação, descrição e difusão, apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.
Fonte imediata de aquisição ou transferência	Documentação transferida a título de depósito para o A.H.P.L.
Âmbito e Conteúdo	Contém compromisso da Irmandade (1633-1634); assentos de irmãos (1601-1837); patentes (séc. 1744-1818); formulários de eleições; termo de eleição; pautas de irmãos que irão servir na mesa. Inclui ainda um inventário de propriedades, foros e pratas, havendo uma parte dedicada aos termos de entrega e ao das eleições (séc. 1730-1837). De referir também correspondência, onde se incluem requerimentos, licença e pedido de esmola (1820-1824). Estão patentes certidões de missas (1686-1820); escrituras e instituição de foreiros (séc. 1781-1861). No que respeita a documentos de contabilidade inserem-se livros de receita e despesa (1725-1838); relações de receita e despesa (1705-1825); registo de receita de peditórios e esmolas (1816-1818) e recibos (1839-1911). Por último, fazem ainda parte fragmentos de folhas de título de livros de receita e despesa (1768-1818).
Idioma	Português e Latim
Regras ou Convenções	<i>ODA</i> . 2007, <u>Descrição arquivística - Orientações para a Descrição Arquivística</u> , 2ª versão, Lisboa: Direcção Geral de Arquivos, Programa de normalização da descrição em arquivo, grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/01
Título	Compromissos
Datas extremas	1633-1634
Dimensão e suporte	1 Livro
Âmbito e Conteúdo	Integra um compromisso do séc. XVII.
Idioma	Português e Latim

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/01/001
Título	Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição
Datas extremas	1633-1634
Dimensão e suporte	1liv. (31 f.: 29f. ms. num. + 2 f. em branco, 297x195x20 mm); velino iluminado, planos de madeira, revestidos a veludo azul; separadores em cetim de seda carmim.
Âmbito e Conteúdo	Contém o alvará régio (1634) confirmando o compromisso.
Idioma	Português e Latim
Características físicas e requisitos técnicos	Livro em pergaminho com diversas iluminuras.
Unidades de descrição relacionadas	Inventário Artístico da Comissão de Arte Sacra do Patriarcado de Lisboa: dossier da igreja paroquial de Santo Estêvão, nº de ordem 114 a 117.
Nota de publicação	AZEVEDO, Carlos A. Moreira; SOALHEIRO, João - Cristo Fonte de Esperança. Catálogo. Porto: Diocese do Porto, 2000, p. 160-161.

Nível de Descrição	Série
---------------------------	-------

Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/02
Título	Assentos de Irmãos
Datas extremas	1601-1837
Dimensão e suporte	2 Livros
Âmbito e Conteúdo	Engloba dois livros de assentos de irmãos.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/02/001
Título	Livro dos assentos dos Irmãos de Nossa Senhora da Conceição de Santo Estêvão reformado em 1728.
Datas extremas	1601-1754
Dimensão e suporte	1 liv. (523 f., 275x203x61 mm); couro e papel.
Âmbito e Conteúdo	Possui um índice onomástico. No livro está referido o dia, mês e ano em que cada irmão prometeu cumprir as obrigações do compromisso e ainda o montante que deu de entrada.
Características físicas e requisitos técnicos	Livro em muito mau estado de conservação com o suporte muito danificado e fragilizando manifestando clara actividade bibliófaga anterior.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/02/002
Título	Livro terceiro dos assentos da irmandade de Nossa Senhora da Conceição.
Datas extremas	1752-1837
Dimensão e suporte	1liv. (315 f., 275x203x61 mm); papel, couro e metal.
Âmbito e Conteúdo	O livro inicia-se com um índice. Encontra-se a data do assento de cada irmão, o valor da esmola dada e a promessa de guardar os capítulos do

	compromisso.
Notas	Não obstante o livro ter sido impresso em 1752, o primeiro assento é de 1754. Os assentos começaram em 1755 e terminaram em 1837. A partir do fólio 55, o livro não tem mais registros.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/03
Título	Patentes de irmãos
Datas extremas	1744-1818
Dimensão e suporte	1 mç. (12 f. ms. e impressos não num., 354x247x10 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Incorpora doze patentes de irmãos do século XVIII ao XIX, duas das quais não estão datadas.
Características físicas e requisitos técnicos	O documento simples nº 009 encontra-se danificado.
Notas	As patentes têm selo.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04
Título	Eleições da Mesa
Datas extremas	1812-1823
Dimensão e suporte	2 Capilhas, 1 Maço
Âmbito e Conteúdo	Comporta, além de formulários de eleições, um termo de eleição e pautas de irmãos que irão servir na Mesa.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/001
Título	Termo de eleição

Datas extremas	1822-10-06
Dimensão e suporte	1 cap.(1f. ms. num., 305x212mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	São referidos os seguintes nomes: o do juiz, o do primeiro assistente do juiz, o do segundo assistente do juiz, o do secretário, o do assistente do secretário, o do tesoureiro da irmandade, o do tesoureiro dos pobres, o do procurador da mesa, o do procurador da irmandade e os dos mordomos.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/002
Título	Pautas dos irmãos que servem a Mesa
Datas extremas	1812
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 410x310mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/003
Título	Pautas dos irmãos que servem a Mesa
Datas extremas	1813
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 410x310mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/004
Título	Pautas dos irmãos que servem a Mesa
Datas extremas	1814
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 420x310mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/005
Título	Pautas dos irmãos que servem a Mesa
Datas extremas	1815
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 410x335mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/006
Título	Pautas dos irmãos que servem a Mesa
Datas extremas	1817
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 435x340mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/007
Título	Pautas dos irmãos que servem a Mesa
Datas extremas	1819
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 455x355mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/008
Título	Pautas dos irmãos que servem a Mesa
Datas extremas	1820
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 455x370mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/009

Título	Pautas dos irmãos que servem a Mesa
Datas extremas	1823
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 420x303mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/010
Título	Formulários de eleições
Datas extremas	s.d.
Dimensão e suporte	1 cap. (4 f. ms. não num., 298x206mm); papel.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/05
Título	Inventários
Datas extremas	1730-1837
Dimensão e suporte	1 Livro
Âmbito e Conteúdo	Contém um inventário do século XVIII ao XIX.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/05/001
Título	Livro que serve de inventário das peças de prata e ouro e ornamentos e mais bens que tem a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Santo Estêvão e termos e algumas clarezas pertencentes à dita Irmandade.
Datas extremas	1730-1837
Dimensão e suporte	1 liv. (89f. ms. num., 419x285x30 mm); papel e pele.
Âmbito e Conteúdo	Contém a partir do fólio 3 o inventário dos bens de propriedades e foros; do fólio 15

	em diante o da prata e objectos de ornato da capela; do fólho 30 para a frente o dos termos de entrega, entre outros, assim como o das eleições.
Características físicas e requisitos técnicos	Costura partida e folhas soltas.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/06
Título	Correspondência
Datas extremas	1820-1824
Dimensão e suporte	1 cap. (3f. ms. não num, 305x212mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Integra um requerimento pedindo licença para expor o Santíssimo Sacramento durante a festa de Nossa Senhora da Conceição, com a respectiva licença do patriarca de Lisboa (1820-11-20). Contém ainda um pedido de esmola.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/07
Título	Certidões de Missas
Datas extremas	1686-1820
Dimensão e suporte	3 Livros, 2 Capilhas
Âmbito e Conteúdo	Contém três livros de certidões de missas, assim como documentos avulsos.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/001
Título	Livro de Certidões de Missas
Datas extremas	1686-1769
Dimensão e suporte	1liv. (81f. ms. num., 310x220x20 mm);

	papel.
Âmbito e Conteúdo	Surgem certificados do prioste da igreja de Santo Estêvão em como recebeu um dado montante dos irmãos da irmandade de Nossa Senhora da Conceição pelas missas cantadas e rezadas por alma de determinada pessoa. Surgem também, entre outros, certificados de padres em como celebraram missas no âmbito das obrigações da irmandade de Nossa Senhora da Conceição e em como receberam as respectivas esmolas.
Características físicas e requisitos técnicos	Bastante danificado. Faltam os quatro primeiros fólios, começando no fólio 5.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/002
Título	Certidões de missas de esmola
Datas extremas	1733-03-23-1734-05-12
Dimensão e suporte	1 cap. (2f. ms. não num., 298x305mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Certidões passadas por um presbítero do hábito de São Pedro em como celebrou missa por alma de dois irmãos da irmandade, atestando ter recebido as respectivas esmolas.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/003
Título	Livro de certidões de missas de esmola
Datas extremas	1749-1786
Dimensão e suporte	1 liv. (16f. ms. num. + 1f em branco, 208x154 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Certidões de missas por alma do cônego André Machado, segundo a forma do seu testamento.

Características físicas e requisitos técnicos	Bastante danificado.
--	----------------------

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/004
Título	Livro de certidões de missas de esmola.
Datas extremas	1783-1820
Dimensão e suporte	1 liv. (19f. ms. num., 214x166 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Certidões de missas por alma de diferentes pessoas.
Características físicas e requisitos técnicos	Bastante danificado.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/005
Título	Alvarás relativos ao cumprimento de legados pios
Datas extremas	1804
Dimensão e suporte	1 cap. (8f. ms. não num., 3f. em branco, 214x304mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Certidões do desembargador do príncipe regente garantindo que por parte da irmandade de Nossa Senhora da Conceição se acha satisfeita a obrigação da capela que na igreja de Santo Estêvão instituiu determinada pessoa.
Notas	Conjunto de documentos pertencentes a um livro.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/08

Título	Escrituras e Instituição de foreiros
Datas extremas	1781-1861
Dimensão e suporte	1 Livro, 3 Capilhas
Âmbito e Conteúdo	Contém um livro com apontamentos de escrituras, termos e contratos, bem como documentos simples de instituição de foreiro.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/001
Título	Notas para se procurarem as Escrituras nos tabeliães para se haverem os foros.
Datas extremas	1781-1820
Dimensão e suporte	1 liv. (34f. ms. num., 306x220mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Livro que contém apontamentos de escrituras, termos e contratos da Irmandade. Inclui no início um apontamento da receita dos pobres do ano de 1781 e no final dois termos de eleição (1819-05-20; 1820-10-15) e ainda dois apontamentos da receita do tesoureiro dos pobres (1819-07-18;1820-11-12).

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/002
Título	Instrumento de venda, quitação, reconhecimento e obrigação de foreiro.
Datas extremas	1832-03-27
Dimensão e suporte	1 cap. (3f. ms. não num., 302x208mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/003

Título	Instrumento de venda, quitação, reconhecimento e obrigação de foreiro.
Datas extremas	1836
Dimensão e suporte	1 cap. (5 f. ms. não num., 310x220mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Documento relativo à venda de uma casa de que a Irmandade é senhoria directa.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/004
Título	Escritura de reconhecimento de Foreiro
Datas extremas	1861
Dimensão e suporte	1 cap. (2f. ms. não num., 310x220mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	O documento apenas contém a capa, que refere tratar-se de uma <i>Escritura de Reconhecimento de foreiro, em 13 de Maio de 1861, feita por Teotónio José Xavier de uma casa reduzida a pardieiro, sita no beco do Bello, números modernos 12 e 14, pertencente à extinta Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, pelo foro anual da 1\$000 réis, livres da décima para a Irmandade e outros quaisquer impostos, pelo Natal de cada um ano; com laudémio de quarentena nos casos de venda, como tudo se vê da escriptura original junta.</i>

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/09
Título	Livros de receita e Despesa
Datas extremas	1725-1838
Dimensão e suporte	6 Livros
Âmbito e Conteúdo	Incorpora seis livros, onde estão assentes as receitas e despesas da Irmandade.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/001
Título	Livro de Receita
Datas extremas	1739-1754
Dimensão e suporte	1 liv. (39 f.: 38 f. ms. num. + 1 f. ms. não num., 290x214x10 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Contém a receita do irmão tesoureiro.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/002
Título	Livro de Despesa
Datas extremas	1739-1771
Dimensão e suporte	1 liv. (50 f.: 49 f. ms. num. + 1 f. ms. não num., 290x214x13 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Contém a despesa do irmão tesoureiro.
Características físicas e requisitos técnicos	Falta o fólio 38.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/003
Título	Livro da conta das despesas
Datas extremas	1725-1731
Dimensão e suporte	1 liv. (8f: 4f. ms. num. + 4f. num.em branco, 404x280 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Constitui parte de um livro. Integra o fólio 120 até ao fólio 139. Trata-se da conta das despesas que André Machado Henriques fez como procurador da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da paróquia de Santo Estêvão por falta de tesoureiro e

	mais oficiais.
--	----------------

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/004
Título	Livro borrador
Datas extremas	1794
Dimensão e suporte	1liv. (17f. ms. num., 274x200 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Livro borrador de Receita e Despesa. Na receita incluem-se as jóias de irmãos novos, as de irmãos mesários, as de irmãos mesários pertencentes aos irmãos pobres; as presidências cobradas; as esmolas dos mealheiros e os rendimentos de Alfândega. Na despesa estão os gastos com a cera; com a lâmpada do altar; com a festa dedicada a Nossa Senhora; com o andador da irmandade; com as intenções de missas pelas almas dos irmãos defuntos; com os irmãos pobres; com a lâmpada nova para a capela da Senhora e ainda com as despesas miúdas.
Características físicas e requisitos técnicos	Humidade acentuada no canto superior direito. Começa no fólio 21.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/005
Título	Livro em que se há-de carregar a receita e despesa da testamentaria da nossa Irmã defunta Joana Maria
Datas extremas	1762-1766
Dimensão e suporte	1liv. (53f.: 23 f. ms. num. + 30 f. em branco num., 293x210x11 mm); papel e pergaminho.
Características físicas e requisitos técnicos	Faltam os fólhos 7, 12-15, 31-44.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/006
Título	Livro de Receitas
Datas extremas	1768-1838
Dimensão e suporte	1liv. (194f.: 50 f. ms. num. + 144 f. em branco num., 355x249x37 mm); papel e pele.
Características físicas e requisitos técnicos	Faltam os fólhos ms. 30 e 48. O último fólho ms. é o 52. O último fólho do livro é o 209 e encontra-se numa folha em branco.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10
Título	Relações de Receita e Despesa
Datas extremas	1705-1825
Dimensão e suporte	14 Capilhas

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/001
Título	Termo de entrega de dinheiro à Irmandade
Datas extremas	1705-05-05
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. num., 285x214 mm); papel.
Notas	O documento apresenta-se numerado com o nº 32, fazendo, provavelmente parte integrante de um livro.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/002
Título	Registo de pagamento de foros

Datas extremas	1795
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 300x209 mm); papel.

Nível de Descrição	Unidade de Instalação
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/003
Título	Termos de receita dos irmãos pobres
Datas extremas	1820-1824
Dimensão e suporte	1 cap. (4 f. ms. num., 305x215 mm); papel.
Notas	Estes documentos faziam parte integrante de um livro pois dizem respeito aos fólhos 35 a 39v.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/004
Título	Receita da Irmandade feita pelo irmão tesoureiro, Domingos António Pinto
Datas extremas	1821
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 306x210 mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/005
Título	Receita da irmandade, feita pelo irmão tesoureiro José Vieira Borges
Datas extremas	1822
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 306x207 mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
---------------------------	-----------

Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/006
Título	Borrão para se assentar a receita do tesoureiro.
Datas extremas	1824
Dimensão e suporte	1 cap. (2 f.: 1 f. ms. não num. + 1 f. em branco não num., 295x208 mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/007
Título	Borrão para se assentar a receita do tesoureiro.
Datas extremas	1825
Dimensão e suporte	1 cap. (2 f.: 1 f. ms. não num. + 1 f. em branco não num., 295x208 mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/008
Título	Relação da despesa e da receita apresentada pelo beneficiado José Gomes Quaresma
Datas extremas	1789
Dimensão e suporte	1 cap. (2 f. ms. não num., 301x212 mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/009
Título	Despesa com a festa de Nossa Senhora da Conceição.
Datas extremas	1806
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 299x212 mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/010
Título	Documento com despesa diversa.
Datas extremas	1816
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 300x202 mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/011
Título	Despesa da Irmandade feita pelo irmão tesoureiro, José Vieira Borges.
Datas extremas	1822
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 305x210 mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/012
Título	Despesa da Irmandade feita pelo irmão tesoureiro, Domingos António Pinto, que entra de novo.
Datas extremas	1822
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 305x213 mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/013
Título	Borrão para se assentar a despesa do tesoureiro
Datas extremas	1824
Dimensão e suporte	1 cap. (2 f.: 1 f. ms. não num. + 1 f. em branco não num., 299x208 mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/014
Título	Despesa da festa de Nossa Senhora da Conceição
Datas extremas	1825
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms. não num., 307x213 mm); papel.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/11
Título	Registo de receita de peditórios e esmolos
Datas extremas	1816-1818
Dimensão e suporte	1 cap. (10 f. ms. não num., 309x214 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	São dez listas de receitas arrecadadas nos peditórios tirados por três meses de cada vez. Está incluída também a relação de nomes de pessoas que ofereceram esmola.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/12
Título	Recibos
Datas extremas	1811-1839
Dimensão e suporte	1 cap. (15 f. ms. não num., 318x214 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Trata-se de diversos recibos. De entre eles constam: recibo de como foram acolhidos os livros pertencentes à Irmandade; recibos a atestar o montante dado pelo tesoureiro, ou pelo procurador, pelo pagamento de trabalhos efectuados ou de objectos comprados; havendo também recibos relacionados com contas, nomeadamente com as da festa de Nossa Senhora da Conceição.

Nível de Descrição	Colecção
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/INSC/13
Título	Fragmentos de folhas de título de livros de receita e despesa
Datas extremas	1768-1818
Dimensão e suporte	1 cap. (4 f.: 2 f. ms. num. + 2 f. ms. não num., 306x217 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	De entre os títulos estão: <i>Despeza que fes o nosso irmão thezoureiro Domingos Joze Puga na Irmandade de Nossa Senhora da Conceição (...) 1817 e 1818; Este livro hade servir de assentos da cera que se for buscar a caza do cirieiro para gosto da capella de Nossa Senhora da Conceição (...) 1818 e Este livro hade servir para receita e despeza dos pobres (...) 1768.</i> Além das folhas de título encontra-se também um assento do livro da receita e despesa dos pobres.

Colegiada de Santo Estêvão de Alfama

Quadro de classificação

PT/AHPL/PLSB36/CSEAL **Colegiada** (F)

PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01 Correspondência recebida (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02 Correspondência enviada (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/03 Cartas de nomeação (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/04 Procurações (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05 Privilégios e obrigações (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/06 Certificados de autenticidade (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/07 Traslado de cartas de edificação de igrejas (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/08 Admoestações (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/09 Contratos de administração de bens (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10 Contencioso (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/11 Receita e despesa (Sr.)

PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/11-01 Recibos (Ssr.)

Nível de Descrição	Fundo
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL
Título	Colegiada de Santo Estêvão de Alfama
Datas extremas	1528-1821
Dimensão e Suporte	1 Maço, 28 Capilhas
Nome do produtor	Colegiada de Santo Estêvão de Alfama
História administrativa/ biográfica	<p>A igreja colegiada Santo Estêvão de Alfama de Lisboa pertenceu ao distrito eclesiástico de Lisboa e, sucessivamente, ao bispado, arcebispado e patriarcado de Lisboa. A sua fundação deve ter ocorrido nos finais do séc. XII. A referência mais antiga relativa a esta igreja data de 1231, correspondendo à doação feita por João Martins e sua mulher, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. No séc. XIII, Santo Estêvão de Alfama ocupava uma vasta área e tinha como sufragânea a igreja de S. João Baptista do Alqueidão de Valada, em Santarém. Foi padroado real até 1295, data em que D. Dinis doou os seus direitos ao bispo de Lisboa, D. João Martins Soalhães.</p>
História Custodial	<p>A documentação pertencente à colegiada de Santo Estêvão reparte-se em três grandes núcleos conhecidos: um conserva-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, outro no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa e outro ainda no Arquivo Histórico da diocese de Santarém. Em 1848, pela lei de 16 de Junho, e Instrução de 17 de Setembro, os bens e rendimentos da colegiada foram aplicados para manutenção do seminário patriarcal de Santarém. No ano seguinte, pela Lei de 27 de Dezembro, artº. 10º, os documentos foram guardados no cartório do seminário em Santarém. Em 1862, os documentos anteriores a 1600, depositados no referido seminário, foram mandados transferir e incorporar no</p>

	<p>Arquivo da Torre do Tombo, pelo Decreto de 2 de Outubro, 2ª Repartição da Direcção Geral dos Negócios Eclesiásticos do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, e pela Portaria do Ministério do Reino de 29 de Janeiro de 1864. Nesse contexto nomeou-se o oficial diplomático daquele arquivo, Roberto Augusto da Costa Campos, para os coligir e receber, procedendo à sua ordenação e inventariação. A entrega feita pelo secretário do Seminário patriarcal, Carlos Joaquim Martinho Calderon, e a incorporação ocorreram a 5 de Outubro de 1864, conforme atesta a relação assinada por Carlos Joaquim Martinho Calderon, por Roberto Augusto da Costa Campos e por Rafael Eduardo de Azevedo Basto. A documentação existente no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa pertence à igreja de Santo Estêvão, estando incorporada a título de depósito, segundo o contrato estabelecido em 18 de Maio de 2008, entre o P. Delmar Barreiros, representante da paróquia, e Ricardo Aniceto, representante do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa. A documentação da colegiada surgiu no seio da massa documental acumulada, organizada no âmbito do Projecto da organização, classificação, descrição e difusão apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.</p>
Fonte imediata de aquisição ou transferência	Documentação transferida a título de depósito para o A.H.P.L.
Âmbito e Conteúdo	<p>Contém correspondência recebida dos séculos XVIII e XIX, destacando-se um traslado de uma carta do vigário-geral do bispo de Lisboa, D. Agapito de Colona, dirigida ao prioste em 1375 e ainda uma cópia autenticada de uma carta de D. Dinis; assim como documentação enviada (séc. XVIII-XIX). Surgem requerimentos a solicitar licenças e privilégios, nomeadamente a isenção da prática de vésperas. O fundo incorpora também procurações; contratos de administração de bens; contencioso; uma admoestação; carta de nomeação de prioste e</p>

	documentação relativa à contabilidade da colegiada (1528-1821).
Idioma	Português e Latim
Unidades de descrição relacionadas	Portugal, Torre do Tombo, Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa; Portugal, Arquivo Histórico da Diocese de Santarém, Igreja e Colegiada de Santo Estêvão de Alfama - 1433-1888 (Registo nº 290); Portugal, Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, Autos de liquidação de colegiadas, nº 001.
Nota de publicação	SERRA, Joaquim Bastos - A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama nos finais da idade média: os homens e a gestão da riqueza patrimonial. Cascais: Patrimónia, 2003.
Regras ou Convenções	<i>ODA. 2007, Descrição arquivística - Orientações para a Descrição Arquivística</i> , 2ª versão, Lisboa: Direcção Geral de Arquivos, Programa de normalização da descrição em arquivo, grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01
Título	Correspondência recebida
Datas extremas	1747-1818
Dimensão e suporte	6 Capilhas (16 fólios)
Âmbito e Conteúdo	Compreende três requerimentos, dois traslados de cartas e uma carta.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/001
Título	Requerimento do beneficiado João da Silva pedindo uma certidão a atestar que ele cumpriu a função do dia da Ascensão e

	a da hora com o Sacramento exposto.
Datas extremas	1747
Dimensão e suporte	1 cap.(2 f. ms. não num., 299x207 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Contém a certidão.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/002
Título	Cópia da carta de D. Luís da Câmara Coutinho dirigida ao prioste para que este proceda à partilha dos frutos dos dízimos reais.
Datas extremas	1768-11-24
Dimensão e suporte	1 cap.(1 f. ms. não num., 311x211 mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/003
Título	Traslado de uma carta de Guilherme Carbonel, vigário-geral do bispo de Lisboa, D. Agapito de Colona, dirigida ao Prioste da igreja de Santo Estêvão.
Datas extremas	1779-09-08
Dimensão e suporte	1 cap.(4 f. ms. não num., 305x212 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Da carta ao prioste constam queixas da igreja de S. João de Alqueidão, sufragânea da de Santo Estêvão.
Notas	O original tem data de 1413-02-03, que corresponde a 1375 da Era de Cristo.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/004

Título	Requerimento do beneficiado João da Silva Cordeiro pedindo uma certidão de uns vistos das sentenças sobre o beneficiado mais antigo da Colegiada.
Datas extremas	1786
Dimensão e suporte	1 cap. (3 f. ms. não num., 301X220 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	É pedido ao escrivão do coro e cabido da igreja de Santo Estêvão que passe por certidão os vistos das sentenças que se acham no cartório da dita igreja acerca do beneficiado mais antigo da dita colegiada ter o melhor lugar nos actos de acompanhamento, cujas sentenças se alcançarão contra os Reverendos capelães do coro da igreja da Misericórdia e contra os Reverendos capelães da irmandade dos Remédios. Contém a certidão que data de 1786-02-28.
Notas	No verso do último fl. diz: "Contra os padres da Misericórdia e capelães dos Remédios por irem no inferior lugar. E o Beneficiado mais antigo ir no melhor lugar"

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/005
Título	Carta de um Beneficiado cobrando os frutos do benefício que lhe são devidos e que este não reclamou durante dois anos.
Datas extremas	1816-10-12-1816-10-15
Dimensão e suporte	1 cap.(2 f. ms. não num., 216x155 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Junto vai a resposta do prioste dando conta que foi substituído por outro a quem deve ser feita essa reclamação.

Nível de Descrição	Documento
---------------------------	-----------

Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/006
Título	Requerimento de um Beneficiado pedindo ao patriarca dispensa do pagamento do ano de morto por o seu benefício ser ténue.
Datas extremas	1818
Dimensão e suporte	1 cap.(4 f. ms. não num., 309x211 mm), papel.
Âmbito e Conteúdo	Contém também o requerimento solicitando a certidão e a certidão propriamente dita.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02
Título	Correspondência enviada
Datas extremas	1742-1818
Dimensão e suporte	3 Capilhas (7 fólhos)
Âmbito e Conteúdo	Contém cópias de requerimentos e de carta. Juntam-se também nota informativa e recibo.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/001
Título	Cópia de requerimento dos priores e beneficiados de Santo Estêvão dirigido ao patriarca a solicitar a aprovação da eleição do prioste por eles feita.
Datas extremas	Séc. XVIII?
Dimensão e suporte	1 cap.(2 f. ms. não num., 309x212 mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/002

Título	Traslado de uma carta enviada ao inquisidor Francisco Mendo Srigeiro devido à perda do benefício por parte do Padre Cura António Lopes Moreira.
Datas extremas	1742-1746
Dimensão e suporte	1 cap.(2 f. ms. não num., 301x204 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Ao documento principal está apenso uma certidão.
Notas	O original data de 1742-05-13.A razão da perda do benefício deve-se ao facto de o padre não ter desempenhado o seu trabalho [rezar no coro as horas canónicas] nem ter "tomado" estatuto desde que é beneficiada.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/003
Título	Correspondência enviada ao juiz almotacé devido ao processo contra o prior.
Datas extremas	1817-1818
Dimensão e suporte	1 cap.(3 f. ms. não num., 309x211 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Requerimentos do prior e dos beneficiados pedindo para mostrar, por via própria, a falsidade da acusação dirigida ao primeiro e havendo mais provas se possam continuar os autos. A esta documentação junta-se uma nota informativa e ainda o recibo do montante relativo ao pedreiro da obra.
Notas	A acusação prende-se com o entulho deixado na Rua do Louro, aquando do levantamento de uma parede. Esta obra foi ajustada entre o prioste e o pedreiro, que diz ter deixado o caminho desimpedido, conforme consta do referido recibo.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/03
Título	Cartas de Nomeação
Datas extremas	1746
Dimensão e suporte	1 Capilha (2 fólhos)
Âmbito e Conteúdo	Consta de uma provisão de nomeação de prioste

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/CSEAL/03/001
Título	Provisão do prioste da Igreja de Santo Estêvão a favor do Padre Clemente dos Santos.
Datas extremas	1746-06-23
Dimensão e suporte	1 cap.(2 f. ms. não num., 302x211 mm); papel.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/ CSEAL/04
Título	Procurações
Datas extremas	1816-1817
Dimensão e suporte	2 Capilhas (3 fólhos)
Âmbito e Conteúdo	Contém duas procurações.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/04/001
Título	Procuração de João Timóteo da Silva Ferreira passada a João Inácio Pires para que este possa receber dinheiro dos dízimos a que tem direito por ser beneficiado da colegiada de Santo Estêvão.

Datas extremas	1816-10-12
Dimensão e suporte	1 cap.(1 f. ms. não num., 308x215 mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/04/002
Título	Procuração do padre Joaquim Miguel Gomes Quaresma Torres passada a José António Gomes para que este possa receber uma pensão dos rendimentos dos benefícios.
Datas extremas	1817-07-01
Dimensão e suporte	1cap. (2 f. ms. não num., 251x193 mm); papel.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05
Título	Privilégios e Obrigações.
Datas extremas	1528-1816
Dimensão e suporte	6 Capilhas (49 fólhos)
Âmbito e Conteúdo	Compreende dois documentos simples e quatro compostos sobre assuntos litúrgicos e assistenciais
Idioma	Português e Latim

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/001
Título	Alvará que dispensa os beneficiados da Igreja de Santo Estêvão de levarem o pálio, quando o Sacramento sai, se estes estiverem ocupados com o serviço da Igreja.
Datas extremas	1528-08-13

Dimensão e suporte	1 cap. (2 f. ms. não num., 305x208 mm); papel.
Notas	Nas costas do documento vem: Alvará do cardeal Infante sobre certas coisas mandadas fazer na visitação. Ao lado é mencionada a seguinte ordem" Manda para os leigos levarem o pálio e para fazerem dentro na igreja para recolher à praça."

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/002
Título	Cópia autenticada de uma carta de D. Dinis onde consta que podem ser colhidos os frutos da herdade dos pobres na Valada antes de pagarem a jugada devida ao rei.
Datas extremas	1742-08-09
Dimensão e suporte	1 cap.(2 f. ms. não num., 303x215 mm); papel.
Notas	O original de D. Dinis é datado de 7 de Abril da Era de 1349 [1311 da Era de Cristo].

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/003
Título	Obrigatoriedade de rezarem no coro as horas canónicas, designadamente as vésperas, na forma da constituição.
Datas extremas	1760-1761
Dimensão e suporte	1 cap. (19 f. ms. não num., 310x214 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Contém representações dos beneficiados, cartas do secretário da congregação das visitas ao prior de Santo Estêvão, ordenando-lhe que notifique os beneficiados a rezarem as horas canónicas e ainda uma outra carta do mesmo

	secretário a um dos beneficiados.
Notas	Este processo surge no seguimento de uma circular do cardeal-patriarca, D. Franciso, a solicitar informações às freguesias.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/004
Título	Papéis em que se mostra não ser esta colegiada obrigada a vésperas rezadas no Coro em dias não priorais.
Datas extremas	1760-1816
Dimensão e suporte	1 cap. (14 f. ms. não num., 305x213 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Documento constituído por um requerimento, pedindo a isenção de vésperas, a que se juntam outros documentos que provam que os beneficiados nunca estiveram obrigados a vésperas.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/005
Título	Despacho do patriarca concedendo licença para que o prior, beneficiados da colegiada e irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento possam pedir esmola fora do distrito da freguesia.
Datas extremas	1773-02-19-1773-02-25
Dimensão e suporte	1 cap. (4 f. ms. não num., 351x222 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Contém o requerimento pedindo a licença.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/006

Título	Privilégios para se rezar da invenção de Santo Estêvão no dia 3 de Agosto com rito Duplex Minus e da trasladação do mesmo santo no dia 7 de Maio com o rito Duplex Minus e a reza da invenção e a que serve para a trasladação.
Datas extremas	1789-1795
Dimensão e suporte	1cap. (8 f. ms. não num., 305x210 mm); papel.
Idioma	Português e Latim
Âmbito e Conteúdo	Contém requerimentos pedindo o privilégio, tanto ao patriarca, como à rainha.
Notas	Os documentos que garantem este privilégio contêm selo.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/06
Título	Certificados de Autenticidade.
Datas extremas	1725
Dimensão e suporte	1 Capilha (2 fólhos)
Âmbito e Conteúdo	Contém dois certificados de autenticidade: relíquias de São Lourenço e de Santo Estêvão.
Idioma	Português e Latim
Notas	Os documentos têm selo.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/06/001
Título	Certificado de Autenticidade das relíquias de S. Lourenço.
Datas extremas	1725-09-15
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms e impresso, não num., 197x266 mm); papel.

Idioma	Português e Latim
---------------	-------------------

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/06/002
Título	Certificado de autenticidade das relíquias de Santo Estêvão.
Datas extremas	1725-09-27
Dimensão e suporte	1 cap. (1 f. ms e impresso não num., 197x266 mm); papel.
Idioma	Português e Latim

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/07
Título	Traslados de Cartas de edificação de igrejas.
Datas extremas	1742-1779
Dimensão e suporte	2 Capilhas (6 fólhos)
Âmbito e Conteúdo	Contém dois traslados de cartas de edificação da igreja de Valada.
Idioma	Latim

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/07/001
Título	Traslado de uma carta dando conta de como, por petição do rei, o bispo de Lisboa mandou edificar no termo de Valada [Alqueidão de Lisboa] a Igreja de S. João Batista, sufragânea da igreja de Santo Estêvão.
Datas extremas	1742-08-11
Dimensão e suporte	1 cap.(2 f. ms. não num., 312x215 mm); papel.

Idioma	Latim
Notas	O documento original data de 1267, embora se encontre datado pela Era de César (1305).

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/07/002
Título	Traslado de uma carta do rei D. Afonso III acerca da edificação da igreja de Valada.
Datas extremas	1779-09-14
Dimensão e suporte	1 cap.(4 f. ms. não num., 311x211 mm); papel.
Idioma	Latim
Notas	O documento original data de 1267, embora se encontre datado pela Era de César (1305).

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/08
Título	Admoestações
Datas extremas	1560
Dimensão e suporte	1 Capilha (4 fólhos)
Âmbito e Conteúdo	Contém um documento simples registando o valor da pena a pagar por comportamento indevido no coro.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/08/001
Título	Comutação de uma excomunhão a quem falasse no coro, em 50 réis.
Datas	1560-12-23

Dimensão e suporte	1 cap.(4 f. ms. não num., 311x215 mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	No seguimento de uma visitação foi aplicada uma excomunhão por os beneficiados rezarem mal e desentoados.
Notas	Apontamento de uma visitação a Santo Estêvão onde foi aplicada uma excomunhão ipso facto por os beneficiados rezarem mal e desentoados.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/CSEAL/09
Título	Contratos de administração de bens
Datas extremas	1746
Dimensão e suporte	1 Capilha, (6 fólhos)
Âmbito e Conteúdo	Contém um contrato de administração de bens entre a colegiada de Santo Estêvão e a Irmandade do Senhor Jesus dos Remédios.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/CSEAL/09/001
Título	Contrato entre a colegiada de Santo Estêvão e a irmandade do Senhor Jesus dos Remédios, S. Miguel e Almas acerca da administração dos bens da extinta irmandade que prestava culto a Santa Teresa.
Datas extremas	1746-02-06
Dimensão e suporte	1 cap.(6 f. ms. não num., 300x207 mm); papel.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10
Título	Contencioso

Datas extremas	1764-1819
Dimensão e suporte	3 Capilhas (15 fólhos)
Âmbito e Conteúdo	Documentos que tratam de demandas suscitadas pela irmandade do Santíssimo Sacramento contra a Colegiada; sentenças favoráveis aos beneficiados e de testemunhas a favor dos rendeiros da terça da Patriarcal e do Prioste da Colegiada.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10/001
Título	Traslado do termo de composição das quatro demandas promovidas pela Irmandade Santíssimo Sacramento contra a Colegiada.
Datas extremas	1764-07-22
Dimensão e suporte	1 cap.(4 f. ms. não num., 315x214 mm) papel.
Âmbito e Conteúdo	Contém o requerimento pedindo o traslado do termo.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10/002
Título	Instrumento de testemunhas cíveis tiradas e perguntadas a favor de Francisco José de Araújo e António Luís de Sousa, rendeiros da terça da Santa Igreja patriarcal e do Prioste da colegiada de Santo Estêvão da cidade de Lisboa.
Datas extremas	1819-05-24
Dimensão e suporte	1 cap.(9 f. ms. não num., 308x215 mm); papel.

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10/003

Título	Parte de um documento onde se relata duas sentenças dadas a favor dos beneficiados da Igreja de Santo Estêvão.
Datas extremas	século XVI?
Dimensão e suporte	1 cap. (3f.: 2 f. ms. não num. + 1 f. em branco, 305x217 mm); papel.

Nível de Descrição	Série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/11
Título	Receita e Despesa
Datas extremas	1696-1821
Dimensão e suporte	2 Capilhas (29 fólhos)
Âmbito e Conteúdo	Contém recibos e um instrumento de quitação.

Nível de Descrição	Sub-série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/11-01
Título	Recibos da Colegiada de Santo Estêvão.
Datas extremas	1696-1821
Dimensão e suporte	1 cap. (23 f. ms. e impressos não num., 311x217x10mm); papel.
Âmbito e Conteúdo	Constam vinte e três recibos, havendo um que trata da despesa da festa de Santo Estêvão -1815-12-30.

Nível de Descrição	Sub-série
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/11-02
Título	Quitações
Datas extremas	1796
Dimensão e suporte	1 Capilha (6 fólhos)

Nível de Descrição	Documento
Código de referência	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/11-02/001
Título	Instrumento de quitação, onde se prova que a Fábrica da Igreja de Santo Estêvão pagou a Ana Margarida Telles de Faria uma dívida que provinha do tempo de seu pai, já falecido.
Datas extremas	1796-05-31
Dimensão e suporte	1 cap.(6 f. ms. não num., 306x215 mm); papel.

Índice Ideográfico

Acta	PT/AHPL/PLSB36/IFD PT/AHPL/PLSB36/IFD/01/001
Administração de bens	USE Contratos de Administração de bens
Admoestação	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/08
Alvará	PT/AHPL/PLSB36/IFD PT/AHPL/PLSB36/INSC/01/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/005 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/001
Aprovação	PT/AHPL/PLSB36/IFD PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/001
Assentos de Irmãos	PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/02 PT/AHPL/PLSB36/INSC/02/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/02/002
Beneficiado	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/008 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/004 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/005 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/006 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/003 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/04/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/003 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/004 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/005 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/08/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10/003
Benefício	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/005 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/006 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/002 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/04/002
Borrador	PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/004 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/006 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/007 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/013
Borrão	USE Borrador
Capela (edifício)	PT/AHPL/PLSB36/INSC/05/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/004 PT/AHPL/PLSB36/INSC/13
Capela (instituição)	PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/005
Carta	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/002 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/003 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/005

	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/002 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/002 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/07 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/07/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/07/002
Carta de Edificação de Igreja	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/07 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/07/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/07/002
Carta de Nomeação	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/03
Cerieiro	PT/AHPL/PLSB36/INSC/13
Certidão	PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/01/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/004 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/006 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/006 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/002
Certidão de Missa	PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/07 PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/002 PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/003 PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/004
Certificado de Autenticidade	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/06 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/06/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/06/002
Circular	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/003
Compromisso	PT/AHPL/PLSB36/ISA PT/AHPL/PLSB36/ISA/01 PT/AHPL/PLSB36/ISA/01/001 PT/AHPL/PLSB36/IFD PT/AHPL/PLSB36/IFD/01 PT/AHPL/PLSB36/IFD/01/001 PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/01 PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/01/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/01 PT/AHPL/PLSB36/INSC/01/001
Confirmação	PT/AHPL/PLSB36/IFD PT/AHPL/PLSB36/IFD/01 PT/AHPL/PLSB36/IFD/01/001 PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/01/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/01/001
Contabilidade	PT/AHPL/PLSB36/IFD PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/CSEAL
Contencioso	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10

Contrato	PT/AHPL/PLSB36/INSC/08 PT/AHPL/CSEAL/09 PT/AHPL/CSEAL/09/001
Contrato de Administração de Bens	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL PT/AHPL/CSEAL/09
Correspondência	PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/06
Correspondência Enviada	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/003
Correspondência Recebida	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01
Décima	PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/004
Despacho	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/005
Despesa	USE Receita e Despesa
Dízimo	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/002 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/04/001
Edificação	USE Cartas de Edificação de Igrejas
Eleição da Mesa	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04
Encargo Pio	USE Legados Pios
Escritura	PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/08 PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/004
Esmola	USE Peditórios e Esmolas
Estatuto	PT/AHPL/PLSB36/IFD/01/001 PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/01/001
Excomunhão	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/08/001
Festa	PT/AHPL/PLSB36/IFD/02/001 PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/02/004 PT/AHPL/PLSB36/INSC/06 PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/004 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/014 PT/AHPL/PLSB36/INSC/12 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/11-01
Folha de Título de Receita e Despesa	PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/13
Foreiro	PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/002 PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/003 PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/004
Formulário de Eleição	PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/04 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/010
Foro	PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/05/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/004 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/002

Igreja (edifício)	PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/003 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/004 PT/AHPL/CSEAL/03/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/07/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/07/002 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10/002 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10/003 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/11-02/001
Instituição de Foreiros	PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/08
Inventário	PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/05 PT/AHPL/PLSB36/INSC/05/001
Irmão	PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/01/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/02 PT/AHPL/PLSB36/INSC/02/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/02/002 PT/AHPL/PLSB36/INSC/03 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/002 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/003 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/004 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/005 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/006 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/007 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/008 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/009 PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/002 PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/004 PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/005 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/003 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/005
Jugada	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/002
Juiz Almotacé	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/003
Legado Pio	PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/005
Licença	PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/06 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/005
Mesa (órgão de gerência das Irmandades)	PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/01/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/002 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/003 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/004 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/005

	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/006 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/007 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/008 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/009
Mesário	PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/004
Missa	USE Certidões de Missa
Nomeação	USE Cartas de Nomeação
Obrigações	USE Privilégios e Obrigações
Patente de Irmão	PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/03
Pauta de Irmãos	PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/002 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/003 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/004 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/005 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/006 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/007 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/008 PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/009
Peditório	USE Peditórios e Esmolas
Peditórios e Esmolas	PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/06 PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/002 PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/003 PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/004 PT/AHPL/PLSB36/INSC/11 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/005
Pedreiro	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/003
Pregador	PT/AHPL/PLSB36/IFD/02/001
Presbítero	PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/002
Presidência (imposto)	PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/004
Privilégio	USE Privilégios e Obrigações
Privilégios e Obrigações	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/003 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/004 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/006
Procuração	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/04 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/04/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/04/002
Provisão	PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/01/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/03 PT/AHPL/CSEAL/03/001
Quitação	PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/002 PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/003 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/11 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/11-02

	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/11-02/001
Receita	USE Receita e Despesa
Receita e Despesa	PT/AHPL/PLSB36/IFD PT/AHPL/PLSB36/IFD/02 PT/AHPL/PLSB36/IFD/02/001 PT/AHPL/PLSB36/IFD/02/002 PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/02 PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/02/001 PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/02/002 PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/02/003 PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/02/004 PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/02/005 PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/09 PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/002 PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/003 PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/004 PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/005 PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/006 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/003 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/004 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/005 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/006 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/007 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/008 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/009 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/010 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/011 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/012 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/013 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/014 PT/AHPL/PLSB36/INSC/11 PT/AHPL/PLSB36/INSC/13 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/11
Recibo	PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/12 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/003 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/11 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/11-01
Relíquia	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/06 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/06/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/06/002
Rendeiro	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10/002
Requerimento	PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/01/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC

	PT/AHPL/PLSB36/INSC/06 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/004 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/006 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/003 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/004 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/005 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/006 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10/001
Sentença	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/004 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10/003
Tabelião	PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/01/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/001
Terça	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10/002
Termo de Eleição	PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/05/001
Testamento	PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/003
Venda	PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/003
Visitação	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/08/001

Índice onomástico

Afonso III (D.) (Rei de Portugal)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/07/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/07/002
Almeida, Jorge (D.) (arcebispo de Lisboa)	PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/01/001
Almeida, Tomás (D.) (Patriarca de Lisboa)	PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/01/001
Andador da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/004
Araújo, Francisco José de (Rendeiro da terça da Igreja de Santo Estêvão)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10/002
Arcebispo de Lisboa	VER D. Miguel de Castro; D. Jorge de Almeida
Assistente do juiz da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/001
Assistente do secretário da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/001
Bispo de Lisboa	VER D. Agapito de Colona, D. João Martins de Soalhães
Borges, José Vieira (Tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição)	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/005 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/011
Cabido da Igreja de Santo Estêvão	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/004
Capelão do coro da Igreja da Misericórdia	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/004
Carbonel, Guilherme (vigário-geral do arcebispo de Lisboa)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/003
Cardeal Infante D. Henrique	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/001
Cardeal-patriarca	USE Patriarca
Castro, Miguel de (D.) (arcebispo de Lisboa)	PT/AHPL/PLSB36/IFD PT/AHPL/PLSB36/IFD/01 PT/AHPL/PLSB36/IFD/01/001
Colegiada da Igreja de Santo Estêvão	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/004 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/04/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/004 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/005 PT/AHPL/CSEAL/09 PT/AHPL/CSEAL/09/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10/002 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/11-01
Colona, Agapito de (D.) (bispo de Lisboa)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/003
Cónego	VER André Machado
Cordeiro, João da Silva (beneficiado da Colegiada da Igreja de Santo Estêvão)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/004
Coutinho, Luís da Câmara (D.)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/002

Desembargador do Príncipe regente	PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/005
Dinis (D.) (Rei de Portugal)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/002
Escrivão do coro da Igreja de Santo Estêvão	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/004
Fábrica da Igreja de Santo Estêvão	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/11-02/001
Faria, Ana Margarida Telles de (Credora de uma dívida da Fábrica da Igreja de Santo Estêvão)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/11-02/001
Ferreira, João Timóteo da Silva (beneficiado da Colegiada da Igreja de Santo Estêvão)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/04/001
Gama, Francisco Saldanha da (D.) (Patriarca de Lisboa)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/003 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/005
Gomes, José António (procurador de Joaquim Miguel Quaresma Torres)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/04/002
Henriques, André Machado (procurador da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição)	PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/003
Inquisidor	VER Francisco Mendo Srigeiro
Irmandade das Almas	USE Irmandade do Senhor Jesus, São Miguel e Almas
Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	PT/AHPL/PLSB36/INSC PT/AHPL/PLSB36/INSC/01/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/02/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/02/002 PT/AHPL/PLSB36/INSC/05/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/005 PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/004 PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/003
Irmandade de Santo de António	PT/AHPL/PLSB36/ISA PT/AHPL/PLSB36/ISA/01/001
Irmandade do Proto-Mártir Santo Estêvão	USE Irmandade dos Fiéis de Deus
Irmandade do Santíssimo Sacramento	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/005 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10/001
Irmandade do Senhor Jesus dos Remédios, S. Miguel e Almas	PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/01/001 PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/02/001 PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/02/003 PT/AHPL/PLSB36/ISJRSMA/02/005 PT/AHPL/CSEAL/09 PT/AHPL/CSEAL/09/001
Irmandade dos Fiéis de Deus	PT/AHPL/PLSB36/IFD PT/AHPL/PLSB36/IFD/01/001 PT/AHPL/PLSB36/IFD/02/001 PT/AHPL/PLSB36/IFD/02/002
Joana Maria (Irmã da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição)	PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/005

Juiz da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/001
Machado, André (cónego)	PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/003
Maria I (D.) (Rainha de Portugal)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/006
Mendonça, José Francisco Miguel António de (D.) (Patriarca de Lisboa)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/006
Menezes, Carlos da Cunha e (D.) (Patriarca de Lisboa)	PT/AHPL/PLSB36/INSC/06
Mordomo da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/001
Moreira, António Lopes (Padre cura)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/002
Padre	VER Clemente dos Santos; António Lopes Moreira
Patriarca	VER D. Tomás de Almeida; D. Francisco Saldanha da Gama D. Carlos da Cunha e Menezes, D. José Francisco Miguel António de Mendonça
Pinto, Domingos António (Tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição)	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/004 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/012
Pires, João Inácio (procurador de João Timóteo da Silva Ferreira)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/04/001
Prior de Santo Estêvão	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/003 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/003 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/005
Prioste da Igreja de Santo Estêvão	PT/AHPL/PLSB36/INSC/07/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/002 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/003 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/01/005 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/003 PT/AHPL/CSEAL/03/001 PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10/002
Procurador da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/12 VER António Machado Henriques
Procurador da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/001
Puga, Domingos José (Tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição)	PT/AHPL/PLSB36/INSC/13
Quaresma, José Gomes (beneficiado da Colegiada da Igreja de Santo Estêvão)	PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/008
Rainha	VER D. Maria I
Rei	VER D. Dinis; D. Afonso III
Rendeiro	VER Francisco José Araújo; António Luís de Sousa

Santos, Clemente dos (padre)	PT/AHPL/CSEAL/03/001
Secretário da Congregação das visitas ao prior de Santo Estêvão	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/05/003
Secretário da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/001
Soalhães, João Martins de (D.) (bispo de Lisboa)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/07/001
Sousa, António Luís de (rendeiro da terça da Igreja de Santo Estêvão)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/10/002
Srigeiro, Francisco Mendo (inquisidor)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/02/002
Tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/002 PT/AHPL/PLSB36/INSC/09/003 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/006 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/007 PT/AHPL/PLSB36/INSC/10/013 PT/AHPL/PLSB36/INSC/12 VER Domingos António Pinto; José Vieira Borges; Domingos José Puga
Tesoureiro da Irmandade dos Fiéis de Deus	PT/AHPL/PLSB36/IFD/02/001 PT/AHPL/PLSB36/IFD/02/002
Tesoureiro dos Pobres da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	PT/AHPL/PLSB36/INSC/04/001 PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/001
Torres, Joaquim Miguel Gomes Quaresma (beneficiado da Colegiada da Igreja de Santo Estêvão)	PT/AHPL/PLSB36/CSEAL/04/002
Vigário-Geral do arcebispo de Lisboa	VER Guilherme Carbonel
Xavier, Teotónio José (foreiro da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição)	PT/AHPL/PLSB36/INSC/08/004